

*Autogestão  
Socialismo*



1290003785

TCC/UNICAMP  
OL4r  
1290003785/IE

**Universidade Estadual de Campinas**  
Instituto de Economia

Monografia de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências  
Econômicas

## **A Retomada Socialista**

O debate recente sobre as formas alternativas de organização da  
produção.

*Área de interesse: Socialismo, Socialismo do Século XXI,  
Planejamento, Autogestão e Cooperativismo*

Wellington Aparecido de Oliveira – RA 002632  
wellapoliveira@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Nelson Prado Alves Pinto  
Banca: Prof. Dr. Maurício Chalfin Coutinho

Novembro, 2008

TCC/UNICAMP  
OL4r  
1290003785/IE

1

CEDOC/IE/UNICAMP

## Sumário

Resumo.....	4
Introdução.....	5
Capítulo 1: As raízes históricas do debate sobre a autogestão.....	9
Capítulo 2: Planejamento e poder político: a autogestão como ferramenta de luta dos trabalhadores.....	30
Capítulo 3: O debate socialista atual: o papel dos implantes socialistas.....	49
Considerações finais.....	77
Referências bibliográficas.....	80

*“He who is not busy born, is busy dying”*

Bob Dylan

## Resumo

O presente estudo analisa o debate recente em torno das formas alternativas de organização produtiva, tomando como representantes deste debate os autores Paul Singer e Michael Lebowitz. Como categoria privilegiada de análise das elaborações dos autores, utilizo-me do conceito de autogestão – tal como sintetizado por Guillerme e Bourdet através da observação da história de lutas da classe trabalhadora.

Como o tema das formas alternativas requer a análise das questões pertinentes ao planejamento, utilizo-me, no segundo capítulo, das contribuições de Oskar Lange e Charles Bettelheim. Tais autores abordaram de forma interessante as relações entre autogestão e planejamento na construção das economias socialistas.

Ao final são analisados os trabalhos dos autores *atuais* a partir dos elementos presentes nos capítulos precedentes, em especial no que diz respeito à importância da autogestão, como instrumento de luta dos trabalhadores, e no planejamento, no que diz respeito à necessidade do autogoverno da sociedade.

## Introdução

Nos tempos contemporâneos, é possível perceber diversas iniciativas de organizações de trabalhadores que têm como objetivo principal sua emancipação em relação à opressão cotidiana gerada pelo processo capitalista de reprodução da vida. Não são raras as iniciativas que buscam articular os trabalhadores rumo à construção de organizações econômicas de corte *associativista* e cooperativo no sentido de viabilizar inicialmente a sobrevivência das pessoas envolvidas. Nestes empreendimentos, dizem seus defensores, é possibilitado aos trabalhadores colocarem em prática valores não capitalistas de organização do trabalho, numa constante luta por suplantar, ainda que intuitivamente, o capitalismo como forma de organização da produção.

Este foco nos *implantes socialistas* está bastante presente na discussão atual entre os autores que se propõem a analisar a luta pela substituição do capitalismo enquanto sistema hegemônico. A esta *atualização* do pensamento socialista corresponde um processo de autocrítica que se iniciou de forma bastante aguda com a conversão formal das economias socialistas *reais* ao capitalismo.

Para dar materialidade à existência deste processo de atualização da teoria *dos trabalhadores*, alguns fenômenos sociais onde está presente a contestação da forma capitalista – assalariada – de produzir podem ser percebidos. Na América Latina, principalmente depois dos anos de 1990, vê-se a existência de diversas iniciativas de lutas onde se busca a retomada do enfrentamento ao capital e suas conseqüências sociais nefastas.

É neste contexto que se situam duas experiências que, no seu escopo teórico, inserem-se nesta *atualização*. São elas a experiência da economia solidária, no Brasil – representada aqui pelos trabalhos de Paul Singer, e as empresas de produção social, na Venezuela – cujo autor símbolo aqui é Michael Lebowitz.

Ambas as propostas, aqui no que se refere ao trabalho dos autores acima, abordam a importância dos implantes socialistas no que diz respeito à suplantação da economia do capital, dando especial importância à construção autogestionária das formas alternativas de organizar a produção. Partem, portanto, da noção de que os trabalhadores devem assumir o controle das unidades produtivas e, com a generalização desta prática, governar a sociedade de forma distinta.

Assumindo o debate entre estes dois autores como representativo do atual debate entre os socialistas, no sentido de incorporar as críticas ao socialismo realmente existente, pretendo analisar, portanto, os termos com que se constroem, para estes autores, as relações entre *autogestão*, *planejamento* – como ferramenta através da qual os trabalhadores poderiam governar a sociedade, e *implantes socialistas*.

Para atingir os objetivos propostos, organizo o trabalho da seguinte forma:

No primeiro capítulo, é feita a exposição de como alguns autores analisaram o surgimento de propostas alternativas à produção material capitalista, imersas no capitalismo. De forma rápida é feita a exposição – presente no trabalho de Singer – da evolução histórica dos debates em torno das lutas dos trabalhadores através de um levantamento de como alguns

autores selecionados, desde os socialistas utópicos, os reformistas e revolucionários das internacionais – além de Marx e Engels – trataram da questão do surgimento do movimento cooperativista e sua potencialidade enquanto instrumento de superação do capital. Ao final do capítulo faz-se o vínculo do surgimento do conceito de autogestão com o desenvolvimento histórico dos debates em torno das lutas pela emancipação dos trabalhadores, ou seja, pela substituição do capitalismo por uma sociedade mais justa e sem alienação.

No segundo capítulo, é feita a análise das contribuições de dois importantes teóricos do socialismo do século XX: Charles Bettelheim e Oskar Lange. No pensamento destes autores se faz presente a preocupação em discutir os elementos que permitiriam aos trabalhadores o governo da economia, através dos mecanismos do planejamento. Para tanto, é de especial importância do ponto de vista dos implantes socialistas a análise de Bettelheim no que caracteriza a estrutura social – seja ela qual for – como sendo uma estrutura heterogênea com *predominância*.

Oskar Lange discute as questões do planejamento como sendo parte de uma nova economia política, a *economia política do socialismo*. Nesta economia política, as leis econômicas de cunho socialista – cuja dinâmica teriam origem no setor socialista da economia – seriam relevantes para compreender de que forma poderia se dar a disseminação dos implantes socialistas, ampliando, com isso, o setor socialista da economia até transformar-se na estrutura *predominante* da estrutura social heterogênea.

Por fim, no terceiro capítulo analiso as duas contribuições atuais no que diz respeito ao tema deste trabalho. As elaborações de Paul Singer são, como já dito, parte de uma nova forma de ver o movimento socialista, com o início do século XXI. É “*Repensando o Socialismo*” que o autor chega a suas conclusões acerca das tarefas da classe trabalhadora neste período atual. Por outro lado, a contribuição de Michael Lebowitz – que está envolvido na elaboração teórica do processo em curso atualmente na Venezuela, que o próprio Lebowitz,

entre outros, caracterizam como sendo o *socialismo do século xxi* – é bastante interessante e bem estruturada. Assim como Singer, Lebowitz parte de sua análise do socialismo *passado* e encaminha algumas propostas no sentido da superação da economia do capital através da disseminação dos implantes socialistas na economia capitalista.

Neste terceiro capítulo, ainda, após a exposição do esquema teórico dos autores selecionados, foi construído um debate simulado entre eles, estabelecendo um contraponto de suas idéias, no sentido de indicar caminhos à análise final do trabalho, presente nas considerações finais.

## **Capítulo 1: As raízes históricas do debate sobre a autogestão**

Com o surgimento do capitalismo e seu estabelecimento como forma predominante na sociedade, surgem também, segundo os autores aqui selecionados, os elementos através dos quais a classe trabalhadora vai justificar suas lutas. A alienação no processo de trabalho, as condições de miserabilidade geradas pela existência do exército industrial de reserva, entre outras formas de manifestação da relação de assalariamento, são, portanto, os elos que unem o surgimento do capitalismo à sua contestação.

Portanto, o recorte histórico aqui proposto coincide com o surgimento, na Inglaterra, e a consolidação, nos principais países europeus, da sociedade capitalista industrial. Neste recorte, é possível apreender os fundamentos que permitiram o surgimento de diversas propostas de organização coletiva da vida econômica.

Do fato social e econômico, representado pelas propostas alternativas de organização da produção, presente desde o princípio nas lutas anticapitalistas, surge o debate teórico em torno de tais propostas. Os termos deste debate são bastante amplos e o filtro que aqui interessa, dada a intenção em analisar a potencialidade destas alternativas no sentido da

superação da forma capitalista de produzir, resume-se naqueles autores onde o objetivo da eliminação da situação de opressão representada pela economia do capital esteja presente. Entendo que os escritos que satisfazem corretamente estes critérios estão presentes em autores circunscritos ao chamado *marxismo*. Será possível, portanto, com este critério de seleção dos autores, estabelecer neste capítulo um panorama de como a temática da cooperação econômica foi encarada por alguns destes sujeitos.

Este conjunto de contribuições nos será útil para o prosseguimento do trabalho, lembrando que o principal objetivo, aqui e como um todo, é estabelecer um debate de idéias sobre o tema. A escolha destes autores, portanto, se deu pelo papel histórico e pela atualidade dos termos, no sentido de expor a importância que se deu ao tema em tela, e suas implicações na atualidade do debate em torno das formas alternativas de organização da produção.

Como síntese deste entendimento, aponta-se a importância do conceito de *autogestão*, tal como definido adiante, pelos autores, como sendo um estágio avançado deste debate e como um elemento de elevado mérito teórico para a compreensão atual do tema em tela. Em outras palavras, ao final deste capítulo, apresento de que forma o conceito de *autogestão* se torna produto das lutas e dos debates em torno da substituição do capitalismo por outras formas de organização da vida econômica.

. . .

Não faz parte dos objetivos aqui propostos reconstituir a história da humanidade em sua luta por melhores condições de vida, e por estruturas sociais baseadas na justiça social<sup>1</sup>. Entretanto, é interessante reproduzir abaixo os argumentos de alguns

---

<sup>1</sup> Para uma história da luta por melhores condições de vida, ver BEER, Max – “ *História do socialismo e das*

estudiosos da história do capitalismo, na busca de elementos que nos proporcionem construir um pano de fundo para o surgimento, nos marcos deste sistema, de propostas alternativas de organização da produção. Adota-se aqui, para tanto, a hipótese defendida por autores como Singer (1998), Dobb (1963) e Beer (2006), de que a classe trabalhadora pôde, em seu processo de consolidação como classe, apreender as mais diversas formas de luta contra a opressão do sistema do capital, sejam estas formas representadas pela luta política engendrada pelo movimento sindical, seja na construção de iniciativas econômicas de cunho cooperativista e associativista – ora com objetivos produtivos, ora com objetivos de crédito ou mesmo consumo a preços menos onerosos.

Tal aprendizado político dos trabalhadores vai sendo construído enquanto se conformam as bases do capitalismo, qual seja, a estrutura produtiva organizada sob as bases do comando privado da produção, sendo colocados, de um lado, trabalhadores detentores somente de sua força de trabalho, convertida em mercadoria, e, de outro, os detentores do meio de produção que almejam consumir esta força de trabalho na marcha produtiva<sup>2</sup>.

Paul Singer procura, em seu livro *Por uma utopia militante*, descrever o processo histórico de formação do mercado de trabalho, com a Primeira Revolução Industrial, identificando as relações entre o processo de ascensão da economia capitalista como sistema econômico hegemônico e o desenvolvimento das formas de luta da classe trabalhadora, entre elas, o sindicalismo e o cooperativismo. Segundo Singer, "se nos concentrarmos no primeiro século da revolução capitalista, esta vasta mudança nas relações sociais de produção é muito nítida, mas relativamente vagarosa" (SINGER, 1998:65). Isto significou que o uso da força de trabalho na forma assalariada se deu de forma lenta, mas num processo marcadamente

---

*lutas sociais*".

<sup>2</sup> "O que se acha implicado numa concepção de capitalismo como a por nós adotada é que, a não ser por intervalos de transição comparativamente breves, cada período histórico é modelado sob influência preponderante de uma forma econômica única, mais ou menos homogênea, e deve ser caracterizado e acerto com a natureza desse tipo predominante de relação econômica" (DOBB, 1963:21).

inevitável.

Houve, portanto, um momento de transição onde foi possível que as unidades fabris possuíssem, por longo período de tempo, formas pré-capitalistas de utilização e remuneração da força de trabalho. A reação por parte dos trabalhadores a esta nova conformação da estrutura produtiva não se deu de forma homogênea. Como forma de auferir melhor posição nesta transição produtiva, artesãos e mestres buscavam tornarem-se pequenos empregadores para perceberem ganhos com a *prestação de serviços de contratação de mão-de-obra* para as fábricas da Revolução Industrial, por exemplo.

É possível perceber, ainda a partir da leitura do trabalho de Singer, que nesta transição, a classe trabalhadora em formação entra dividida politicamente no processo de formação do mercado de trabalho. Os trabalhadores mais qualificados tornaram-se instrumento de viabilização técnica inicial do processo produtivo, e tal “sobrevivência das tradições individualistas do artesão e mestre com ambição de se tornar pequeno empregador se mostrou, por muito tempo, um obstáculo a qualquer crescimento firme e geral do sindicalismo, quanto mais da consciência de classe” (DOBB in SINGER, 1998:66)

A subcontratação representou uma forma de transição para o Mundo do Trabalho da primeira Revolução Industrial. E esta transição foi necessária, do ponto de vista das forças econômicas identificadas com a burguesia industrial ascendente, devido ao grau de complexidade das tarefas que tinham de ser executadas pelos trabalhadores. Neste momento de transição, os artesãos e mestres de ofício tiveram importância fundamental e puderam se utilizar desta sua capacidade técnica para operarem, tanto como pequenos empregadores, como na solução de entraves técnicos onde somente uma força de trabalho qualificada poderia obter êxito.

Com o desenvolvimento da técnica e das invenções, o domínio do processo produtivo passou cada vez mais a ser objeto do *engenheiro* e não de trabalhadores

qualificados. Em outras palavras, "a cada avanço da técnica, simplifica-se o papel do operador e aumenta a importância do engenheiro" (SINGER, 1998:68). Este avanço técnico retira, então, poder relativo das mãos dos trabalhadores mais qualificados, possibilitando maior e mais consistente homogeneização do mercado de trabalho.

Neste ponto reside um importante elemento do aprendizado político presente na formação da classe trabalhadora e no desenvolvimento de suas formas de luta: o sindicalismo, ainda segundo Singer, procura *inicialmente* lutar contra o estabelecimento das máquinas nos processos produtivos, mas logo em seguida, as *bandeiras* se convertem na luta contra esta perda de importância dos trabalhadores qualificados em relação aos engenheiros, tendo a base sindical majoritariamente constituída de trabalhadores qualificados. Os trabalhadores desqualificados, que se constituíam em uma massa com pouca importância política neste momento inicial da luta contra a opressão de classe, acabaram por não ter registradas suas formas de luta pela história. (COLE e POSTGATE in SINGER, 1998:67)

Com o avanço nas mudanças na base produtiva, os trabalhadores foram progressivamente homogeneizando-se, sendo que neste processo de aprendizado, o sindicalismo assume três distintas formas de luta, cada uma delas adaptada ao momento da luta política contra perdas geradas pelo progresso técnico da Primeira Revolução Industrial: (i) oposição ao *industrialismo em si*, em nome dos direitos adquiridos e dos fundamentos tradicionais do antigo regime; (ii) somando-se à luta por democracia, com influências da Revolução Francesa e (iii) desenvolvimento de formas potencialmente anti-capitalistas de organização social: o sindicalismo; e de formas anti-capitalistas de organização produtiva: o cooperativismo. (SINGER, 1998:68)

As três formas elencadas acima podem ser consideradas como *etapas* de avanço e aprendizado político dos trabalhadores e não apenas uma *agenda* de luta da classe. Conforme os trabalhadores foram se consolidando como classe, a luta política por eles

empreendida foi se transfigurando de uma forma a outra acima, sendo que este processo de evolução se deu concomitantemente ao estabelecimento da organização produtiva capitalista tradicional, onde a alienação dos trabalhadores se faz de forma plena e o papel do engenheiro como agente *estratégico* do capital se consolida. Ao perceber que os espaços gerados pela transição econômica citada acima foram se fechando com a consolidação do patamar tecnológico da revolução industrial, os trabalhadores qualificados se viram forçados a se identificar com os demais trabalhadores – inclusive porque a figura do engenheiro representou, para estes trabalhadores, desemprego. E tal identificação possibilitou com que a classe trabalhadora estabelecesse suas condições orgânicas de construir seu projeto histórico de sociedade. As formas *anticapitalistas de organização produtiva* seriam, então, o produto do aprendizado político dos trabalhadores que teriam tentado atuar nas *brechas* do sistema, mas que o desenrolar histórico não permitiu, forçando-os à identificação com a massa operária.

O cooperativismo seria, então, segundo o autor, juntamente com a luta política engendrada pelo movimento sindical, a *expressão mais desenvolvida* das formas de luta da classe trabalhadora deste período<sup>3</sup>. Mas é importante colocar que Singer é explícito ao dizer que estas formas de luta que foram encampadas pelo movimento dos trabalhadores são apenas *potencialmente* anticapitalistas. Fica aqui a idéia de que o caráter destes instrumentos de luta será dado segundo o desenrolar histórico da luta política.

Adota-se aqui, portanto, a idéia geral de que desde o início do estabelecimento da sociedade industrial, a classe trabalhadora está em constante luta por sua sobrevivência econômica e, portanto, política. Por ser essencial aos objetivos deste texto,

---

<sup>3</sup> Não é possível à circunscrição proposta pelos objetivos deste trabalho testar se a afirmação de Singer de que o cooperativismo e associativismo sejam as mais desenvolvidas expressões da luta de classes daquele momento de formação do capitalismo. A tese aqui assumida é a de que o cooperativismo como projeto político dos trabalhadores desenvolveu-se de acordo com o exposto pelo autor, sem, contudo, afirmar ou negar o juízo de valor feito por Paul Singer a respeito desta forma de luta dos trabalhadores.

procuraremos demonstrar adiante, de forma geral, a forma como as experiências históricas iniciais do cooperativismo influenciaram a compreensão acerca dos limites da luta do período.

Neste sentido, Singer busca reconstruir a história da atuação do cooperativismo de Robert Owen, com o intuito de absorver lições de suas experiências coletivistas. As relações entre sindicalismo e cooperativismo são amplamente exploradas como argumento de que o cooperativismo sempre teve estreita relação com a luta de classes desenvolvida pela classe trabalhadora em sua busca por melhores condições de vida e trabalho, especialmente neste processo de consolidação da sociedade industrial, como citado acima. Diversos autores empenharam-se em sistematizar, neste momento histórico, este fenômeno do cooperativismo constituindo-se no que depois se convencionou chamar de *socialismo utópico*. Entre outras, as contribuições de Claude Saint-Simon, de Charles Fourier e de Robert Owen foram importantes para delimitar esta denominação, assim como as experiências práticas foram igualmente relevantes para incorporar elementos de *práxis* social ao debate nascente do cooperativismo.

Max Beer, em sua *História do Socialismo e das Lutas Sociais*, reconhece, assim como Singer, a importância de Robert Owen e do *owenismo* para a luta política dos trabalhadores daquele momento, enfatizando que a experiência das comunas utópicas – e sua luta política contra a legislação econômica daquela época, que impedia as associações de trabalhadores – foi fundamental para que as propostas alternativas de organização da produção pudessem dar um salto de qualidade no que diz respeito à superação de seu caráter *utópico*. Em outras palavras, do ponto de vista do avanço nas propostas socialistas, o socialismo utópico e, em nosso caso mais específico, os empreendimentos cooperativistas das *comunas utópicas*, permitiu ao movimento socialista analisar, à luz da experiência histórica, o movimento utópico e suas limitações no que diz respeito ao avanço para além da economia do capital.

Esta valorização da importância desta experiência histórica é encontrada também nas palavras de Marx, no *Manifesto do Partido Comunista*:

“(os utópicos) atacam a sociedade existente em suas bases. Por conseguinte, forneceram em seu tempo materiais de grande valor para esclarecer os operários. Suas propostas positivas relativas à sociedade futura, tais como a supressão da distinção entre a cidade e o campo, a abolição da família, do lucro privado e do trabalho assalariado, a proclamação da harmonia social e a transformação do Estado numa simples administração da produção, todas essas propostas apenas anunciam o desaparecimento do antagonismo entre as classes” (MARX in HADDAD, 2003: p.31)

Esta superação do caráter utópico das propostas socialistas daquele momento teve como marco fundamental o debate travado entre Marx e Proudhon no seio da Associação Internacional dos Trabalhadores, associação que viria a ser conhecida como a Primeira Internacional Comunista.

Proudhon – um importante pensador e ativista daquela associação – apesar de inicialmente compreender a necessidade da luta política revolucionária para alcançar o socialismo, revê estas posições na publicação de sua *Miséria da Filosofia*, onde ele estabelece os fundamentos de sua proposta de transição progressiva a partir do *mutualismo* como proposta de organização econômica e do *federalismo*<sup>4</sup>, como proposta de organização política<sup>4</sup>. É importante ressaltar que este autor defendia que a intermediação da atividade econômica das unidades cooperativadas seja feita pelo mercado e seus mecanismos. Karl Marx, apesar de também defender o cooperativismo, contrapõe-se à visão de Proudhon no que diz respeito ao papel do mercado como instância de coordenação das diversas unidades econômicas, ainda

---

<sup>4</sup> “A idéia fundamental de Proudhon para a superação do capitalismo podia ser sintetizada numa consigna: a abolição do trabalho assalariado (e, por conseguinte, de qualquer forma de trabalho subordinado), sendo que as cooperativas e outras formas de iniciativa econômica associativa cumpriram um papel central neste processo, uma vez que se constituiriam como o embrião da nova sociedade socialista em meio à sociedade capitalista, preparando e educando os trabalhadores para a nova sociedade; após a revolução, por outro lado, as empresas autogestionárias representariam a unidade fundamental de produção econômica e de reprodução da vida social” (CRUZ, 2006:10)

que cooperativas. Para Marx, o papel do Estado é central do que diz respeito a esta coordenação das decisões produtivas da sociedade. Na fase de transição da economia capitalista ao socialismo, o Estado – sob o controle dos trabalhadores – cumpriria a função de transferir a organização econômica sob bases capitalistas para a esfera socialista da economia.

Este debate marca uma importante divisão do movimento socialista daquele período. Por um lado ficam os socialistas utópicos com a concepção de luta pelo socialismo representada por Owen, Proudhon, entre outros. Tal grupo de pensadores era demasiado heterogêneo para se traçar um fio condutor preciso, mas é possível dizer com tranquilidade que a *utopia* destes autores é identificada com a defesa de uma transição gradual, não revolucionária, na base do convencimento político dos detentores dos meios de produção, da forma capitalista a uma forma de socialismo cooperativista, com decisões sociais de alocação baseadas nos mecanismos de mercado.

Por outro lado, Marx ao expor sua concepção do papel do Estado no processo de transição para a economia socialista deixa claro que esta transição somente se dará por vias conflituosas, ou seja, através da luta política revolucionária. A principal tarefa dos trabalhadores seria a sua organização como classe em um instrumento político com identidade política e ideológica – o partido – almejando organizar a luta contra o capitalismo, via tomada do poder do Estado. Com este debate, tem início o que se convencionou chamar de socialismo científico.

As seguintes palavras de Marx ilustram bem o sentido de tal elucidação do caráter eminentemente político do movimento cooperativo:

“Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria.

É talvez por essa mesma razão que aristocratas bem-intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes passaram de repente a elogiar *ad nauseam* o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como sacrilégio de socialistas. *Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais.* Não obstante, os senhores da terra e os senhores do capital usarão sempre seus privilégios políticos para a defesa e perpetuação de seus monopólios econômicos. Em vez de promoverem, continuarão a colocar todos os obstáculos possíveis no caminho da emancipação do operariado. [...] *Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária*". (MARX in HADDAD, 2003: p.36 – grifos de Haddad)

O resultado deste debate foi a prevalência das idéias de Marx a respeito da transição econômica, no debate circunscrito ao movimento operário. Mas o que nos parece importante frisar aqui é que, apesar de divergir dos utópicos a respeito da forma de luta da classe trabalhadora e da relação dos trabalhadores com o Estado, o autor defendeu o cooperativismo em diversos momentos de sua luta política e intelectual. Conforme citado por Cruz, Engels, mais tarde, vai defender também as cooperativas de trabalhadores:

“As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura da antiga forma, embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida, ainda que inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Elas demonstram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, se desenvolve e forma naturalmente um modo de produção, um novo modo de produção. Sem o sistema fabril oriundo do modo de produção capitalista, não poderia desenvolver-se a fábrica cooperativa e tampouco o poderia sem o sistema de crédito oriundo desse mesmo modo de produção. [...] **As empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas**

**cooperativas devem ser consideradas formas de transição do modo de produção capitalista ao modo associado, só que, num caso, a antítese é abolida negativamente e, no outro, positivamente.” (MARX *apud* CRUZ:2006, p 12 – *grifo nosso*)**

Numa busca de resumir, então, o que está por trás destes trechos de Marx aqui citados, podemos concluir que para ele não é suficiente que o empreendimento cooperativo seja bem organizado, que faça uso da melhor técnica e que tenha acesso a condições de financiamento menos dispendiosas para suas atividades econômicas. Ao citar a importância de que a classe trabalhadora construa um cooperativismo em *bases nacionais*, o autor pressupõe, no entendimento deste trabalho, que o poder político nesta sociedade nacional esteja, de alguma forma, voltado a viabilizar o sistema cooperativo. “Não se trata mais de intervenções legislativas barganhadas com o Parlamento pela pressão externa, mas, pela envergadura do empreendimento, trata-se de ação do próprio proletariado organizado como classe no poder” (HADDAD, 2003: p. 37).

Retomando o acima exposto a respeito da relação entre cooperativismo e sindicalismo, vale dizer que, nos termos colocados pelo professor Fernando Haddad em seu texto *Sindicalismo, cooperativismo e socialismo*, que existe uma identidade fundamental entre estes dois aspectos da luta da classe trabalhadora, qual seja: a necessidade do posicionamento de classe, cujo sucesso depende da ação política. Entretanto, no caso da ação política do cooperativismo, esta deve se traduzir em *poder político*, o que não valeria, segundo o autor, para o sindicalismo. Nesta elaboração, Haddad conceitua poder político como poder de classe<sup>5</sup>. Em outras palavras, para o autor, o sindicalismo encerra sua luta no atendimento às reivindicações econômicas relacionadas à sociedade de classes e, para o desenvolvimento

---

<sup>5</sup>“(no caso do cooperativismo,) não se trata mais de uma reivindicação dos trabalhadores perante o Estado burguês. Nem sequer se trata de fazer chegar um operário à chefia do Estado. Poder político é poder de classe. O sucesso do cooperativismo exige dos trabalhadores que renunciem à sua natural indisposição para governar. (...) Não obstante, Marx, avesso a utopias, entende que somente por meio de um governo dos trabalhadores será permitido ao sistema cooperativo assumir dimensões nacionais” (Haddad, 2003: p. 39)

pleno da luta sindical não seria, segundo o autor, necessária a superação da economia do capital, haja vista a luta sindical que deu origem ao Estado de Bem-Estar Social europeu do pós-guerra.

Já no caso das organizações econômicas cooperativistas, sua luta pela viabilização plena se traduziria numa busca incessante pela generalização de seu *modo de produzir*, em contraste constante e fundamental com as bases da economia capitalista. Colocar o cooperativismo no status de alternativa política de organização econômica *de fato* significa enfraquecer as forças econômicas da iniciativa privada a patamares bastante pequenos.

Esta temática da relação entre o empreendimento cooperativo em seu aspecto microeconômico e o ambiente macroeconômico será mais adiante abordada. Por ora, entendemos que é importante tomarmos conhecimento das preocupações de Marx com o poder da classe trabalhadora na construção do que ele chamou de “*autogoverno dos produtores associados*”.

...

A partir da consolidação da superação teórica do socialismo utópico, tendo como sucessor no debate o chamado *socialismo científico*, passamos rapidamente a elencar alguns pensadores e lutadores sociais, dentro do espectro do marxismo, que se preocuparam, ainda que de forma rápida e muitas vezes apenas acessória, com o cooperativismo<sup>6</sup>. O principal no que diz respeito aos objetivos deste trabalho, é delinear de que forma esta temática foi encarada por alguns autores do século XIX, e início do século XX, vinculados ao marxismo como corrente teórica.

---

<sup>6</sup> Vale lembrar que as teorias socialistas, sejam de que matiz for, surgiram como uma necessidade explícita da classe trabalhadora em construir, expor e lutar por seu projeto de sociedade. Reportar-se aos debates travados entre lutadores e teóricos socialistas somente adquire importância substantiva quando tais polêmicas são devidamente tratadas em termos históricos. Entretanto, devido aos limites impostos por este trabalho, tal recorte histórico será feito apenas nos momentos em que a contextualização se fizer imprescindível ao entendimento da problemática levantada pelos autores.

Na segunda metade do século XIX, os socialistas puderam ver emergir um crescimento político e eleitoral dos partidos vinculados aos trabalhadores. Tal crescimento foi acompanhado por uma maior divisão política entre as correntes do movimento operário. A polémica principal entre os marxistas se dava “internamente” ao movimento operário. A questão principal para estes autores era a respeito de como se daria a transição para a economia socialista, tendo como superado o capitalismo. Como o marxismo superou o debate com os utópicos na questão do papel do Estado na transição, tais autores não são, obviamente, considerados neste nosso recorte.

Dentro do pensamento marxista podemos delimitar aqui basicamente dois campos de horizonte teórico, que se organizaram inicialmente em torno da II Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1889: os reformistas, que abandonaram abertamente o horizonte de conquista revolucionária do poder político para construir a luta por espaços institucionais, parlamentares e executivos; e os revolucionários, chamados também de esquerda da II Internacional que ainda mantinham o horizonte de luta revolucionária na construção do poder dos trabalhadores. Ambos os campos valorizavam o papel do Estado na transição ao socialismo, tendo como polémica principal as diferentes formas de luta política – e de alianças de classe – que cada grupo iria defender.

A importância histórica<sup>7</sup> deste debate está no fato de que estes dois grupos acabaram por posicionarem-se no que diz respeito mais diretamente ao tema aqui desenvolvido. Para Bernstein – tido como grande representante da vertente reformista da II Internacional – a associação cooperativa com fins produtivos seria a reprodução do senso individualista do capitalismo, sendo importante para o acúmulo de forças dos trabalhadores a

---

<sup>7</sup> Um aspecto adicional do debate engendrado no seio das *internacionais* é o fato de que muitos dos termos utilizados naquele tempo ainda hoje fazem parte da pauta de debates nos espaços da esquerda. A participação dos socialistas em processos eleitorais da democracia formal burguesa; a relação dos socialistas eleitos com as organizações da classe trabalhadora; e o programa a ser implementado por um governo dos trabalhadores no comando do Estado são exemplos de debates que ainda hoje não foram superados pelo movimento socialista, e que estavam presentes naquele tempo.

constituição de cooperativas de crédito e consumo. O espaço econômico produtivo onde o cooperativismo tinha chances de construir rumo ao socialismo seria no campo. Vale lembrar que para Bernstein, a tática de luta dos trabalhadores deve ser a crescente reforma política do Estado, a partir de duas frentes principais de luta: a eleitoral e a sindical. O cooperativismo seria, então, um complemento para melhorar a distribuição e o crédito do ponto de vista dos trabalhadores e uma forma de auxiliar na conscientização do trabalhador rural na construção do socialismo. Com este método de luta, os trabalhadores poderiam ver como realidade a democratização da propriedade “através das sociedades por ações e ampliação do número de pequenas e médias empresas, por um lado, e de cooperativas de consumo, por outro” (CRUZ, 2006, p. 20).

O outro grupo que se destacou no período foi o liderado por Rosa de Luxemburgo, que era comumente chamado de *ala esquerda* da II Internacional. Para Rosa, as cooperativas eram *instituições de natureza híbrida* dentro do capitalismo, por possuírem organização interna distinta dos empreendimentos comuns, mas por serem obrigados a enfrentar a concorrência com as unidades produtivas capitalistas acabavam por serem obrigadas a implementar processos produtivos semelhantes às empresas capitalistas tradicionais. Para conseguir manter-se no mercado capitalista, a cooperativa de produção deveria buscar um nicho para seus produtos, visando proteger-se do esmagamento. Nesta busca por nichos de mercado, as cooperativas poderiam privilegiar a tática de constituir acordos com cooperativas de consumo numa perspectiva de atrelar empreendimentos *híbridos*:

“Daí uma cooperativa de produção ter a necessidade, contraditória para os operários, de desempenharem entre si o papel de empresários capitalistas. Dessa contradição morre a cooperativa de produção, na acepção em que se torna uma empresa capitalista, ou no caso em que os interesses dos operários são mais fortes, se dissolve. Estes são os factos [...].

Do que resulta que a cooperativa só pode assegurar a sua existência no seio da economia capitalista quando suprime, por um rodeio, a contradição que recebe entre o modo de produção e o modo de troca, subtraindo-se artificialmente às leis da livre concorrência.” (LUXEMBURGO, 1995: p. 04)

Uma leitura possível do excerto de Luxemburgo, acima, é a de que para a autora o movimento cooperativo tinha pouco – ou nenhum – potencial transformador do ponto de vista da superação do capitalismo.

Apesar de a preocupação com o cooperativismo, anos após este debate, com a tarefa política de manter o partido bolchevique à frente do processo revolucionário, Lenin publicou um texto intitulado *Sobre a cooperação*, onde expõe seu entendimento, naquele momento, a respeito do nosso tema em tela:

“Parece que não prestamos suficiente atenção à cooperação. É pouco provável que todos compreendam que agora, a partir da Revolução de Outubro e independentemente da NEP (pelo contrário, neste sentido dever-se-ia dizer: precisamente graças à NEP), a cooperação adquire no nosso país uma importância verdadeiramente excepcional. Nos sonhos dos velhos cooperadores há muito de fantasia. Frequentemente são ridículos porque fantásticos. Mas em que é que consiste o seu carácter fantástico? Em que as pessoas não compreendem a importância fundamental, essencial, da luta política da classe operária para derrubar o domínio dos exploradores. Actualmente no nosso país esse derrubamento já se verificou, e muito daquilo que era fantástico, mesmo romântico e mesmo trivial nos sonhos dos velhos cooperadores, torna-se uma realidade não disfarçada. [...]

Conseguindo a máxima cooperativização da população, realiza-se por si mesmo aquele socialismo que anteriormente suscitava legítimas zombarias, sorrisos e uma atitude de desprezo por parte daqueles que estavam justamente convencidos da necessidade da luta de classes, da luta pelo poder político etc.” (LÊNIN: 1980, p. 657).

Segundo Cruz, Lenin estava referindo-se ao cooperativismo agrícola no excerto acima, pois Lenin estaria convencido de que as unidades produtivas da cidade já estariam sob o controle dos trabalhadores, estes representados pelo Estado Soviético. Ao defender tal posição, Lenin demonstra que em sua produção intelectual não houve espaço para o debate em torno da *nova forma* de produzir, tendo sido implementada apenas a mudança de “donos” do empreendimento fabril, agora socialista (CRUZ: 2006, p. 28).

Uma síntese possível do debate aqui simulado entre estes autores se faz necessária. Da superação feita pelo socialismo científico em relação aos utópicos podemos retomar a idéia defendida por Marx da necessidade da coordenação das unidades produtivas colocar-se sob o comando do Estado, em contraposição aos mecanismos concorrenciais, ou seja, de mercado.

Uma importante questão que se coloca aqui diz respeito ao fato de que existe entre os autores citados um problema de contextualização histórica. Todos os autores abordados aqui colocaram a problemática da superação do capitalismo, e do papel dos empreendimentos cooperativos como ferramenta na construção da sociedade socialista. Dando conta, como exemplo histórico, desta importância, “em praticamente todas as experiências revolucionárias socialistas do século XX – da fracassada revolução espanhola de 1936-39 aos movimentos de libertação terceiro-mundistas – a autogestão cooperativa apareceu imediatamente como uma primeira forma de gestão das unidades produtivas, mais na cidade que no campo, até que o Estado delas se apropriasse formalmente ou até que o Estado fizesse delas sua estrutura econômica fundamental, como no caso da Iugoslávia” (CRUZ, 2006: p. 29-30).

Do debate travado entre os autores aqui colocados, podemos apreender que a totalidade deles julgava importante que a classe trabalhadora se organize para a conquista do poder político, representado pelo Estado na sociedade capitalista e na transição à economia

comunal. A forma como se daria esta luta pelo poder político era motivo de divisão. Mas, no geral, o entendimento acerca da efetividade do cooperativismo como instrumento de transformação baseava-se em de que forma este instrumento iria lutar contra o poder econômico, organizado em bases capitalistas de produção. Outro elemento de divergências e que cabe citar, dada sua importância, se dá em torno da questão: em que setor da economia deve ser impulsionado o cooperativismo? No campo? Nas unidades de produção? Na comercialização ou no consumo? Como a análise marxista da dicotomia capital-trabalho sugere que tal relação seja a origem para os diversos problemas da economia capitalista no que diz respeito à opressão dos trabalhadores, fica sugerido que o movimento cooperativista deve buscar se constituir nas unidades de produção como forma de superar, ao menos microeconomicamente, a relação patrão-trabalhador.

...

Dado o exposto acima, o debate em torno das formas alternativas de organização da produção somente faz sentido correlacionando-o ao debate em torno do *status quo* e as formas de conquista do poder na sociedade. Caso contrário os empreendimentos econômicos alternativos certamente se colocariam numa trajetória que faz nada mais do que confirmar as previsões de Rosa Luxemburgo. Vale ressaltar, aqui, que este entendimento da necessidade da disputa de poder é fruto de séculos de aprendizado político e de milhares de empreendimentos alternativos fracassados, entre poucos que atingem certo grau de estabilidade no mercado, e somente faz parte do horizonte daquelas e daqueles que se atrevam a tornar tais formas alternativas economicamente hegemônicas. Dito em outras palavras, a necessidade de disputar o poder político como forma de viabilizar as unidades produtivas alternativas somente faz parte do horizonte das pessoas que se dispõem a superar a economia

do capital.

Guillerm & Bourdet fazem referência à importância do acúmulo do debate acima citado, e sugerem, a partir da leitura dos trabalhos de Marx, dentre outros autores, que o conceito de *autogestão* deve ser utilizado para representar a sociedade autogovernada. Para a construção deste conceito, os autores partem das definições de “participação”, “co-gestão”, “cooperativa”, “controle operário”, defendendo que, apesar destes conceitos representarem avanços no que diz respeito ao papel dos trabalhadores na organização da produção, ainda refletem uma postura política de manutenção da atuação dentro dos marcos da produção capitalista, em alguns casos chegando a trazer ganhos de produtividade para a empresa, quando da existência de diferentes graus de “participação” nas decisões do processo produtivo.

No caso das cooperativas, o tratamento *em princípio*, seria positivo do ponto de vista da superação dos marcos da produção capitalista. Entretanto, argumentam, de forma bastante incisiva, que "enquanto as cooperativas existem bem ou mal há mais de um século, sem contestar seriamente o sistema capitalista, o que chamamos autogestão é outra organização nacional (ou, melhor ainda, uma federação de nações de vocação mundial) que suprime o capitalismo e o estatismo em benefício de um conjunto autogestionado de cooperativas igualmente associadas segundo um plano elaborado pela soma de necessidades e desejos" (GUILLERM & BOURDET, 1976: p. 30).

Os autores acima argumentam que existe uma confusão em torno do significado de autogestão e reconhecem que existem atualmente muitas definições utilizadas. Entretanto, tal conceito na forma como apresentado pelos autores parece melhor representar o amadurecimento das formas de luta dos trabalhadores. Nos termos de Marx, *autogestão* representaria o chamado *autogoverno dos produtores associados*.

"Assim, enquanto a participação, o controle operário e as

cooperativas concernem apenas à produção e à economia, a autogestão é uma transformação radical, não somente econômica, mas política, levando-se em conta que ela destrói a noção comum de política (como gestão reservada a uma casta de políticos) para criar um outro sentido da palavra política: a saber, a manipulação, sem intermediário e em todos os níveis, de todos os 'seus negócios' por todos os homens" (idem p. 30-31)

Ainda nos termos colocados pelos autores acima, cabe ressaltar que a busca sugerida é a eliminação do Estado como mediador das atividades econômicas, dada sua composição burocrática, por um organismo gerido pelo conjunto dos trabalhadores. Os autores reconhecem a importância da luta pelo controle do Estado na sociedade burguesa, mas enfatizam que, no horizonte daqueles que buscam construir uma sociedade *autogerida*, deva constar a superação do Estado.

**É possível perceber, então, que a autogestão, nos termos dos autores, representa, em grande medida, o desenvolvimento histórico do debate, e das lutas, em torno das alternativas à produção capitalista.** Guillerm & Bourdet tecem inúmeros comentários em seu trabalho acerca dos desvios cometidos pelos dirigentes do processo soviético, centrando suas críticas à concepção de organização política de Lênin. Propõem, com esta análise, que a autogestão, por eles defendida, seria um processo diametralmente distinto e justificam seu debate a partir da negação do que chamaram de marxismo-leninismo. Vale considerar aqui, rapidamente, que esta avaliação da condução da transição soviética não faz parte dos objetivos deste trabalho, apesar de ser este um tema de inestimada relevância. Em outras palavras, o que importa aqui é a definição do conceito de *autogestão* e suas implicações no decorrer deste estudo.

Considerando, então, as ressalvas acima, dois aspectos são necessários ao correto entendimento, nos marcos deste trabalho, do uso deste conceito.

**A luta pela autogestão, conforme definido anteriormente, coincide com**

**o processo de busca da emancipação dos trabalhadores.** Tal libertação passa pela superação da alienação nos processos produtivos e pela reeducação política visando a formação de sujeitos históricos atuantes politicamente. Bettelheim, um dos autores da segunda parte deste estudo, coloca esta preocupação em termos adequados quando analisa a sociedade pós-revolucionária:

“Acresce que se deve ter em conta que a participação efetiva dos trabalhadores na preparação e no andamento dos planos não se realizou até agora de *modo espontâneo*. Com efeito, durante séculos os trabalhadores foram submetidos ao comando daqueles que possuem, o que bem demonstra que, para que eles tomem em suas mãos o seu próprio destino, é necessário que as massas trabalhadoras adquiram plena confiança nelas próprias, que tomem consciência da força e do poder que resultam da sua própria organização.” (BETTELHEIM, 1976: p. 16)

Uma segunda consideração, que decorre da anterior, é que no processo onde a hegemonia econômica das formas alternativas ao capital é conquistada, ainda coexistem formas distintas de *propriedade* no âmbito desta economia, o que supõe distintas formas de atuação política dos agentes<sup>8</sup>. Como forma de liderar o bloco histórico deste processo, é necessário um organismo político que dê conta das tarefas da transição, haja vista o componente da alienação presente na conduta, nos termos anteriormente de Bettelheim, anteriormente citados, dos trabalhadores. Como o conceito de *autogestão*, na forma como foi enunciado por Guillerme & Bourdet, foi por eles vinculado à crítica ao centralismo<sup>9</sup> do processo soviético, corre-se o risco de dar mérito a um possível *falso dilema* entre o conceito

---

<sup>8</sup> Um estudo do impacto das formas de propriedade na transição ao socialismo será feito na segunda parte da presente obra.

<sup>9</sup> Ver GUILLERM & BOURDET, 1976: p. 67 e seguintes.

proposto e a necessidade do organismo político dos trabalhadores na transição. Não se deve, portanto, deixar que supostos desvios burocráticos prejudiquem a visibilidade necessária ao entendimento dos verdadeiros dilemas da luta pelo socialismo.

...

Com a queda das economias socialistas no fim do breve século XX, vê-se que existe, em alguns autores, a tentativa da retomada do debate da construção de formas alternativas para a organização da economia<sup>10</sup>. Neste sentido, a idéia da sociedade *autogerida* pode ser útil para apresentar caminhos e possibilidades. Assim como ainda é muito cedo para que se apontem caminhos sólidos, é certo também que a ampla gama de possibilidades que se abre com a luta pela *autogestão* pode inclusive alterar o conceito originalmente proposto pelos autores aqui analisados, podendo retroceder a soluções *estatistas*, assim como degenerar-se no sentido de soluções baseadas na manutenção do mercado como *locus* de decisão alocativa. Somente o desenrolar histórico das novas possibilidades apresentadas neste século XXI pode elucidar esta trama.

---

<sup>10</sup> As contribuições atuais de Meszáros são um exemplo desta retomada.

## **Capítulo 2: Planejamento e poder político: a autogestão como ferramenta de luta dos trabalhadores**

No primeiro capítulo sugeriu-se que o conceito de *autogestão* tenha resultado de um processo histórico de luta dos trabalhadores contra a forma capitalista de organizar a produção. Esta proposição, por sua vez, permite atribuir a este conceito – a *autogestão* – um caráter de síntese histórica dos intensos debates e lutas concretas que se desenvolveram desde o surgimento do capitalismo. Em outros termos, é possível afirmar que as formas alternativas de organização da produção podem desenvolver, no entendimento proposto no capítulo anterior, condições propícias para suplantarem a hegemonia das relações capitalistas de produção desde que se adote, como horizonte estratégico, a construção prática da *autogestão*.

Como a *autogestão* pressupõe que o controle do processo produtivo esteja nas mãos dos trabalhadores, acaba por ter estreitas relações com a questão do poder na sociedade, conforme já sugerido. Do ponto de vista da ciência econômica esta questão do

poder é objeto de estudo na área do planejamento econômico – particularmente nos trabalhos dos estudiosos dos processos de planificação das economias socialistas. De um universo de unidades produtivas com organização *alternativa* – vale dizer, não capitalista – impõe-se o desenvolvimento de instrumentos que sejam compatíveis com o pressuposto da construção autogestionária.

Diversos autores trataram do debate do planejamento econômico, seja em economias socialistas, cujo melhor termo seria a planificação, ou mesmo em economias capitalistas, onde, especialmente no período do pós-guerra, é possível identificar grandes esforços neste sentido. No caso específico deste trabalho, a proposta é a de analisar as contribuições de dois autores que trataram da planificação em economias socialistas, buscando estabelecer uma relação entre os termos destas contribuições e o conceito de *autogestão*, já desenvolvido no capítulo anterior. Ainda que estes teóricos nem sempre compreendam a autogestão nos termos aqui propostos parece-me importante tentar identificar um possível vínculo entre a discussão sobre as formas alternativas de organizar a produção e o debate mais geral em torno do planejamento da economia.

Um dos autores a tratar será Oskar Lange (1904-1965), economista polonês que tem trabalhos relevantes em diversas áreas da Economia. Seus trabalhos sobre o planejamento, em especial aqueles que tratam da economia política da planificação socialista, serão de grande valia para enriquecer o debate aqui proposto, na medida em que fornecem elementos para compreender não apenas as sociedades socialistas, mas também as economias com graus de socialização menores e, portanto, ainda capitalistas em sua estrutura<sup>11</sup>.

Charles Bettelheim (1913-2006), o segundo autor aqui referido, economista francês, autor de inúmeros trabalhos relacionados ao estudo do planejamento e da transição

---

<sup>11</sup> Esta constatação, conforme se desenvolverá adiante não está explicitamente presente nos trabalhos de Oskar Lange aqui analisados. Ela se trata de uma reflexão pessoal no que diz respeito ao enfrentamento dos problemas da transição ao socialismo.

socialista, é considerado um dos principais autores marxistas do século XX. Para o caso específico aqui proposto, Bettelheim tem uma vasta produção teórica de análise do socialismo soviético, chinês, cubano, entre outros. Seu entendimento a respeito da transição permite valorizar os trabalhadores no processo decisório, estendendo, com isso, inúmeras críticas à planificação de recorte soviético. Assim como Lange, Bettelheim pode ajudar a compreender o entrelaçamento entre os conceitos de autogestão e planejamento, ajudando a cumprir os objetivos desta parte do trabalho.

De posse dos instrumentos presentes no debate aqui construído, pretendo tecer, finalmente, algumas considerações acerca do comportamento de tal instrumental analítico em uma sociedade ainda capitalista. Entendo que as contribuições destes dois pensadores são importantes para o desenvolvimento de uma análise atual que tenha por objetivo a construção do *autogoverno dos trabalhadores associados*.

...

Os autores propostos abordaram, em vários momentos de sua produção intelectual, o tema da planificação da economia socialista. Inicialmente, procuraram oferecer uma distinção do uso dos instrumentos do planejamento em economias de cunho socialista e em economias capitalistas. Ambos tratam da planificação como instrumento próprio do sistema socialista de decisões, sendo possível seu uso *pleno* apenas neste sistema. Na administração do Estado capitalista, o uso do instrumental teórico presente nas técnicas da planificação pode ser utilizado, mas a definição mais importante é a de que somente em uma economia cujo controle dos meios de produção esteja em efetivo poder dos trabalhadores é que a planificação se torna uma imposição ineludível. Charles Bettelheim, por exemplo,

insiste que a planificação<sup>12</sup> não é simplesmente uma técnica de preparação de um plano<sup>13</sup>, mas uma opção política da sociedade. Este autor é explícito também ao dizer que o fato da existência pura e simples da propriedade estatal em uma economia capitalista não assegura que se está trilhando um caminho rumo à socialização dos meios de produção. O Autor não despreza, no entanto, o fato de que os trabalhadores podem se utilizar destas estruturas de propriedade estatal quando da assunção destes ao poder político.

Do ponto de vista científico, a temática do planejamento econômico é enquadrada por Oskar Lange como sendo parte integrante do que chamou de *Economia Política do Socialismo*. De uma maneira geral, o autor define este ramo da teoria econômica como sendo o campo da “investigação das propriedades e regularidades específicas do modo socialista de produção”. (LANGE in POMERANZ, 1981: 66). As bases desta *economia política* seriam advindas do marxismo no que diz respeito ao materialismo histórico, e da economia política marxista, uma vez que esta desenvolveu categorias analíticas que ultrapassariam, segundo Lange, as fronteiras do sistema capitalista de produção. No que diz respeito especificamente às leis gerais do desenvolvimento histórico, em sociedades socialistas, é possível perceber que encontram-se, tanto Lange, quanto Bettelheim, em posição divergente em relação a importantes autores marxistas, como Hilferding, Rosa Luxemburgo e Bukharin, ao assumir que as leis do desenvolvimento baseadas no materialismo histórico não seriam apenas aplicáveis ao capitalismo, mas também em economias planificadas<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> “Em termos gerais, a planificação socialista é uma atividade coletiva por meio da qual os trabalhadores de um país socialista determinam, por um lado, de modo coordenado, levando em consideração as leis econômicas objetivas assim como as propriedades do desenvolvimento social, os alvos a atingir no domínio da produção e do consumo e asseguram, por outro lado, a realização de seus objetivos em condições julgadas como sendo as melhores”. (BETTELHEIM, 1976: p. 13)

<sup>13</sup> “Desejaria, pois, insistir sobre a oposição fundamental que se encontra na base da distinção entre economia planificada e economia não-planificada, a saber, a oposição entre sociedade socialista e sociedade capitalista.” (idem, p. 11)

<sup>14</sup> “(...) isto se traduz negando que o desenvolvimento da sociedade socialista ocorre por meio de contradições. Pensou-se, freqüentemente, que todas as contradições sociais, todas as contradições da vida humana, desaparecessem como que automaticamente na sociedade socialista. (...) Este é um parecer totalmente incompatível com a teoria marxista. Este ponto de vista expressa, se assim posso dizê-lo, uma atitude

Lange sugere que com o aparecimento das economias socialistas, o problema da gestão racional dos recursos da economia se impõe à agenda da “parte essencial da economia do socialismo, qual seja, a ciência de planejamento da economia nacional”. O enfoque que teria sido dado inicialmente, segundo o autor, a este problema teria priorizado inicialmente a análise dos aspectos materiais e da contabilidade nacional. Com efeito, o problema inicial do planejamento se torna, nos termos colocados por Bettelheim, a tentativa de antecipação da quantidade de tempo de trabalho necessário às diferentes etapas produtivas e qual deverá ser o custo social do produto. Por isso, inicialmente, “pouca atenção tem sido dada à análise científica dos problemas ligados à dialética interna do desenvolvimento das relações de produção socialistas, aos problemas das contradições sociais latentes nestas relações e à força motora do desenvolvimento econômico” (idem, p. 67). Pode-se, portanto, apreender que Lange considerava de elevada relevância<sup>15</sup> que a *economia socialista* – aqui encarada como sendo o ramo da teoria econômica responsável pela economia política do socialismo – assumisse para si os debates em torno das relações sociais de produção, tendo visto que a lei do materialismo histórico continuava atuante do seio das sociedades em transição do capitalismo a formas socialistas<sup>16</sup>.

O planejamento *pleno* da sociedade se dá através da planificação socialista, portanto. Para que a planificação possa operar plenamente, uma exigência deve ser satisfeita: que as decisões econômicas mais importantes da economia estejam realmente sob as mãos dos

---

escatológica cristã e não uma atitude científica marxista” (LANGE in POMERANZ, 1981:79)

<sup>15</sup> “Foi somente nos anos 50 que a atenção começou a se voltar para a questão dos incentivos econômicos e não-econômicos envolvidos nos vários caminhos de estruturação das relações socialistas de produção e de distribuição (formas de pagamento, participação dos trabalhadores nos resultados, autogestão dos trabalhadores, cooperativas, ligações econômicas entre camponeses e classe trabalhadora, o papel do mercado, etc.)” (idem, p. 68)

<sup>16</sup> As duas leis presentes no materialismo histórico são a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e o caráter conservador das relações de produção – que sob o capitalismo se converte em lutas de classe, de caráter antagônico e sob o socialismo apresenta caráter não-antagônico pela ausência das classes sociais – e a contradição entre a base econômica da sociedade e a superestrutura da organização e administração da economia. Esta última relacionada com as atitudes morais, o conservadorismo nas práticas e a organização política presente. Para um entendimento da questão do materialismo dialético histórico, ver Marx, Karl & Engels, Friedrich – *Manifesto do partido comunista*.

trabalhadores. Para o autor, três elementos básicos são necessários para o cumprimento desta exigência geral: (i) exige a inexistência de classes *parasitas*<sup>17</sup> na sociedade. Portanto, pressupõe que não existam não-trabalhadores na sociedade; (ii) os meios através dos quais a produção e as trocas se efetivam devem estar, senão plenamente, ao menos os mais decisivos, sob o controle social e não sob o controle da iniciativa privada; e (iii) “existência de uma estrutura institucional que permita aos trabalhadores participarem ativamente da elaboração e da realização dos planos econômicos.” (BETTELHEIM, 1976: p. 17)<sup>18</sup>.

Num esforço de identificar claramente as ferramentas de análise através das quais se torna possível concretizar o processo de planificação da economia, Lange discute quais seriam as leis econômicas em ação na sociedade socialista, chegando a apresentar quatro “tipos” de leis econômicas. A caracterização destas *leis* é crucial para o entendimento das relações entre autogestão e planejamento econômico, no desenvolvimento deste trabalho.

Primeiramente, Lange apresenta as leis econômicas que são gerais, “na medida em que funcionam em qualquer sistema econômico”. São relacionadas à organização produtiva, ou seja, à organização do processo de trabalho. Elementos como a reposição do estoque de *trabalho morto* utilizado na produção de bens, a distribuição do produto social em consumo e acumulação de capital, ou seja, as leis que relacionam os balanços técnicos do processo de produção, são exemplos deste tipo de *leis gerais*. Elas são determinadas pelo estado da arte da tecnologia. Nas palavras do autor, tais leis “estabelecem balanços técnicos

---

<sup>17</sup> Aqui se torna necessária uma consideração. Por classes sociais parasitas o autor não engloba todas as classes sociais que subsistem do produto do trabalho gerado no processo produtivo. Esta noção aqui colocada se identifica com o *trabalho desnecessário*, nos termos de Marx. Para uma análise interessante do conceito de excedente econômico em Bettelheim, e dos elementos que compõem seu entendimento da relação entre excedente econômico e desenvolvimento ver Bettelheim, Charles – *Planificação e crescimento acelerado* – especificamente o item 6, “o excedente econômico como fator de base de uma política de desenvolvimento”: p. 115 e seguintes.

<sup>18</sup> Bettelheim chega, no texto em análise, a mencionar que as formações históricas que vão determinar as condições da democracia dos trabalhadores podem produzir consideráveis variações. Entretanto, o que se estabelece de elevada relevância para o autor é o fato de que independentemente do processo histórico em curso, a efetivação do planejamento pleno somente pode ser conseguida com a verdadeira participação dos trabalhadores, com maior ênfase nos aspectos do plano que lhes dizem maior respeito.

entre objetivos materiais”, definidos em qualquer sociedade, seja ela socialista, capitalista, feudal, ou mesmo outra qualquer.

Em seguida, o autor apresenta as leis que são específicas ao modo de produção socialista. De forma geral, Lange situa estas leis em relação ao objetivo geral da produção em uma economia com predominância das relações socialistas de produção, qual seja: a finalidade de satisfação das necessidades da sociedade, definida em suas instâncias decisórias coletivas. Uma consequência disso é que o “modo básico de interação social na atividade econômica é o planejamento”. As leis que resultam destas características são de caráter econômico mas seus elementos determinantes residem na esfera política, “esta é a razão pela qual as leis econômicas neste tipo de sociedade não são espontâneas, mas sua operação é conscientemente submetida à vontade e aos objetivos humanos”. Embora o autor não entre aqui nos distintos *métodos* de planificação, centralizado ou descentralizado, fica claro que as leis econômicas específicas do modo socialista são determinadas na esfera política:

“A diferença básica com relação à atuação das leis econômicas numa sociedade socialista é que, sob o socialismo, as leis econômicas não operam espontaneamente, mas que a sociedade organizada molda de maneira consciente e propositada as circunstâncias que determinam o funcionamento das leis econômicas. Em consequência disso, **as leis econômicas podem ser forçadas a operar de acordo com a vontade dos homens**, da mesma maneira que o homem, através da moderna tecnologia, pode utilizar as leis da natureza e fazê-las funcionar de acordo com sua vontade. Essa foi a famosa idéia expressa por Engels quando disse que a sociedade era capaz de controlar conscientemente as leis de seu próprio funcionamento e chamou a isto o ‘salto do reino da necessidade para o reino da liberdade’” (LANGE *in* POMERANZ, 1981:82 – *grifo nosso*)<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Retomando o conceito de autogestão, tal como proposto na parte precedente deste trabalho, é possível

Num terceiro bloco estão as leis que são específicas para mais de um sistema econômico. Como exemplo, Lange ressalta a importância da lei do valor – que seria atuante tanto na economia capitalista, quanto na economia socialista – por ser resultado da permanência da esfera mercantil da economia, no socialismo. A lei do valor está relacionada com a existência das trocas entre os diversos detentores das distintas formas de propriedade numa economia socialista (cooperativa, estatal, etc.). Lange aponta a formação histórica das sociedades que adotaram o socialismo como determinante do grau de diferença entre as distintas formas de propriedade nestas economias e, portanto, da importância da lei do valor para a dinâmica econômica.

Por último estão as leis que são oriundas da conformação da superestrutura administrativa. Estão, portanto, presentes em diversos sistemas econômicos e seus processos de mudança estão diretamente relacionados com a mudança na organização da superestrutura organizacional e administrativa. Distintas formas de administração da economia socialista produzem leis de funcionamento econômico particulares. Aqui reside um elemento importante ao desenvolvimento, para o autor, de metas para o planejamento. Como a lei do valor funciona em uma economia socialista, a estrutura administrativa determinará também em que medida se desenvolverão as diferentes formas de “mercado-negro”, constituindo-se um elemento de contradição que é próprio da permanência de formas mercantis na transição.

O autor, ao analisar este “tipo” de leis econômicas, dá especial ênfase à política do Estado socialista com relação ao Trabalho. Mais especificamente, do ponto de

---

observar neste trecho que a questão do poder político é encarada como chave para o desenvolvimento da planificação da economia. Como faz parte do entendimento de muitos autores atuais e, contemporaneamente a Lange, por Guillermin & Bourdet, a valorização excessiva de caminhos estatizantes no decorrer dos processos socializantes pecou por contribuir com o menor grau de controle político dos trabalhadores sobre a economia. Em outras palavras, a adoção prática da autogestão como método de construção do poder político possibilitaria, em grande medida, ampliar o grau de determinação política das leis econômicas na sociedade socialista.

vista dos incentivos ao trabalho na execução das metas planejadas da economia, Lange expõe suas concepções que se aproximam da busca da autogestão como forma política de planejamento da economia. Ao discutir os incentivos dados aos trabalhadores, o autor lembra que tais incentivos desencadeiam leis de funcionamento das variáveis do sistema – sendo a principal delas o incremento no produto social ao longo do tempo. Tais “incentivos, por isso mesmo devem ser estabelecidos de tal forma que o interesse pessoal e coletivo da equipe que constitui a empresa seja idêntico à tarefa social que a empresa tem a realizar”. Percebe-se, aqui, uma clareza no que diz respeito à correspondência entre as metas estabelecidas no Plano e os mecanismos econômicos que atuam na definição dos interesses de seus executantes, no aspecto produtivo.

Suas concepções se aproximam da autogestão, ao declarar, de forma explícita que, para que os esforços de planejamento se tornem mais eficientes, “a empresa socialista deve satisfazer duas condições: agir como curadora do interesse geral e ser uma entidade auto-administrada”. Com estas palavras, Lange se coloca como defensor, no meu entendimento, do processo autogestionário de planejamento.

Mais adiante em seu trabalho, o autor ressalta a existência de diversos tipos de propriedade na economia socialista, citando como exemplos as empresas vinculadas à “propriedade nacional” – o setor estatal – e os empreendimentos “de grupo” – tendo como exemplo, entre outros, a propriedade vinculada ao cooperativismo. Lange aqui é explícito ao caracterizar as cooperativas como uma das formas de propriedade socialista da economia. A interligação destas duas formas de propriedade se daria na questão do interesse geral. Em suma, como as unidades produtivas, estatizadas ou não, seriam organizadas internamente a partir dos trabalhadores, seria importante que a organização da sociedade se construísse de forma a garantir que tais unidades produtivas sejam, nos termos do autor, curadoras do “interesse geral” – argumento que, segundo o autor, teria validade tanto para o setor estatal,

quanto para as “propriedades de grupo” presentes na economia. Isto significa possibilitar com que as mesmas pessoas que atuem na definição do significado, geral e específico, do chamado interesse geral, sejam também trabalhadores das unidades produtivas. Uma interessante questão que vem à tona aqui é de que forma os trabalhadores poderiam atuar politicamente como definidores das políticas do plano e produtivamente como executores destas políticas. Entendo, antecipando conclusões que deverão ser expostas adiante, que a construção da sociedade autogerida deve responder a esta questão para lograr sucesso nos objetivos de racionalização da produção através do planejamento.

Quando as prerrogativas acima não são respeitadas, no que diz respeito ao controle político da economia, o autor identifica desvios nos princípios dos empreendimentos sob propriedade socialista. Tais desvios oscilariam entre dois pólos: a “degeneração anarco-sindicalista”, termo usado pelo autor para designar as unidades que, por ausência de controle externo à unidade, acabam por efetivarem-se como propriedade puramente de um grupo; em outro extremo, estaria a “degeneração burocrática”, consistente com a ausência de efetiva auto-administração dos trabalhadores. Em ambos os casos, defende o autor, o caráter socialista da propriedade dos meios de produção torna-se fictício. Portanto, não basta que os trabalhadores atuem como definidores das metas do plano. É de suma importância para o processo político do planejamento que os trabalhadores atuem como “fiscais” do cumprimento dos interesses gerais pelas unidades produtivas.

Um aspecto adicional da elaboração do autor que se faz bastante útil ao entendimento aqui colocado é a questão da atuação do Estado no que diz respeito a este processo de *autogestão*<sup>20</sup>. Lange coloca que a busca dos trabalhadores no processo de conquista do planejamento deve ser para que cada vez mais a dinâmica econômica, possa ser

---

<sup>20</sup> Nos termos em que Guillerme e Bourdet propõem o conceito, a autogestão tem relações com o aparelho estatal, seu controle, etc., mas não se confunde *simplesmente* com a tomada do aparato Estatal nem com o controle externo de seus instrumentos.

determinada majoritariamente pelas leis exclusivas do modo socialista de produção, conforme caracterização aqui estabelecida. Inicialmente, no processo de transição a formas socialistas, o processo econômico acaba por ser, em grande medida, determinado por fatores de cunho extra-econômico, pelo exercício do poder político do Estado. Conforme caminha adiante o processo de construção da *autogestão*, a partir da leitura do autor, é possível afirmar que as leis econômicas exclusivas do processo socialista, com os mecanismos determinados politicamente, atuam cada vez em maior grau de forma a suplantarem, em certo momento, a intervenção extra-econômica estatal, sendo a partir daí desnecessário seu uso<sup>21</sup>.

Bettelheim utiliza um argumento mais sofisticado para o mesmo desenvolvimento, atrelando a superação do uso dos instrumentos extra-econômicos estatais à superação das formas mercantis de decisão alocativa:

“Não obstante, os progressos técnicos realizados em certos ramos mostram claramente que, na medida em que se desenvolvem as forças produtivas, esse desenvolvimento conduza uma integração efetiva dos processos de produção, a uma coordenação orgânica desses processos que se tornam cada vez mais um processo único, de modo que o domínio das relações mercantis se reduz, e a esfera das atividades mercantis deperece. Quando esta evolução chegar ao seu termo, a planificação e a gestão da economia poderão derivar de outra instância social (o que não quer dizer necessariamente de um sujeito jurídico único)” (BETTELHEIM, 1976: p. 28).

Cabe agora passar, rapidamente, à elaboração de Bettelheim concernente ao fato da existência de distintas formas de propriedade na sociedade socialista. Como o autor caracteriza, assim como Lange, a economia socialista como sendo portadora de diversas formas de propriedade dos meios de produção, existe uma forma de propriedade através da

---

<sup>21</sup> “À medida que as leis econômicas da sociedade socialista se tornam mais atuantes, o papel desempenhado pela força extra-econômica do Estado se retrai. A força extra-econômica é gradativamente substituída pelo funcionamento de leis econômicas, ou seja, pelo estabelecimento dos incentivos econômicos adequados para produzir os resultados desejados pela vontade da sociedade organizada” (idem, p. 91)

qual se conseguiria uma melhor condução das metas de planificação. Para que se logre sucesso nesta condução, o autor ressalta a importância de que o setor socialista, como sendo aquele onde a socialização dos meios de produção se tenha avançado plenamente<sup>22</sup>, possua uma correspondência entre a forma jurídica da propriedade e a capacidade efetiva de dispor dos recursos correspondentes. O autor sugere, para tanto, a coincidência entre *sujeito jurídico* e *sujeito econômico*, como forma de superar a dicotomia entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção que lhe correspondem. Em outras palavras, Bettelheim está preocupado com o fato de que as relações de produção permitam com que o desenvolvimento das forças produtivas se dê de forma não conflituosa. Isto exige, portanto, a distribuição do produto social de forma democrática entre as pessoas, além de cada vez melhores condições de trabalho e vida.

Este entendimento do autor a respeito da correspondência entre o sujeito jurídico e a forma econômica pode, entretanto, ser ampliado para além da forma estatal de propriedade. É razoável supor que um setor da economia tenha sua estrutura de propriedade baseada em uma forma cooperativa, por exemplo, e seja possível, efetivamente, dispor dos recursos econômicos em prol do interesse coletivo. A análise de Bettelheim acerca dos problemas da transição ao socialismo foi feita, especificamente com relação aos textos aqui analisados, com base nas estruturas econômicas da transição soviética, onde a propriedade estatal esteve presente de forma hegemônica. Em minha compreensão, contudo, a análise do estado atual das forças produtivas e das relações de produção, e a conseqüente direção política que deve se dar ao setor mais avançado da economia, do ponto de vista da socialização, de forma a garantir a correspondência entre sujeitos jurídicos e econômicos, deve ser atributo social da organização dos trabalhadores. Em outras palavras, a organização política da sociedade, em especial dos trabalhadores, será, ao que parece, determinante se uma ou outra

---

<sup>22</sup> Para Bettelheim, a forma de propriedade que possui melhores condições, nos textos em que foram analisados aqui, é a Estatal.

forma de propriedade socialista será adequada às questões elencadas acima.

Como, portanto, as formas jurídicas das organizações produtivas socialistas devem estar associadas ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, acabam por existirem diversos tipos de propriedade na sociedade socialista, em decorrência do maior ou menor grau de desenvolvimento das forças produtivas. A forma que acaba por ser a principal no processo de socialização também é determinada pelas condições históricas do desenvolvimento. Se no processo de socialização forem mais adequadas formas cooperativas do que a propriedade estatal centralizada, será necessário adotar, portanto, a primeira forma.

Nas palavras do autor:

“Trata-se, com efeito, sempre de determinar e de decidir qual é o tipo de coletividade que pode mais efetivamente, isto é, mais eficazmente, dirigir certos processos de produção e isto depende da natureza das forças produtivas que estes processos de produção põem em andamento” (BETTELHEIM, 1976: p. 27)

Tomando por base que o desenvolvimento histórico das sociedades determinará as formas de propriedade dos meios de produção que podem garantir os esforços de planejamento do processo econômico, é possível pensar, nos termos colocados por Lange, em graus de controle político da economia por parte dos trabalhadores. Este grau de controle político da economia vai determinar em que medida as distintas “leis” de funcionamento irão operar no interior da sociedade. Em outras palavras, é possível compreender a importância que o autor atribui à luta política – representada pela busca de hegemonia na sociedade – nos processos de socialização.

Com efeito, julgo necessário explicitar, apesar de aparentemente óbvio, que a transição de uma forma social a outra se dá através de movimentos contraditórios no seio da

sociedade *arcaica* – no sentido de ser esta a que está em vias de *superação* – e os elementos que irão definir se a sociedade transita a uma forma histórica *nova* passam por indefinições que são próprias do movimento contraditório da história. Nestes termos não é possível *decretar*, com rigor e clareza, o momento a partir do qual a sociedade se transformou em socialista, abandonando *completa e plenamente*, portanto, o capitalismo.

“Na verdade, quando abordamos o estudo de uma economia real – independentemente da própria noção de transição – devemos pensar nessa economia como uma *estrutura complexa com predominante*. Compreendemos tal estrutura como uma combinação específica de diversos modos de produção dos quais um é *dominante*. É esse modo de produção dominante que impregna todo o sistema e que *modifica* as condições de funcionamento e de desenvolvimento dos modos de produção subordinados” (BETTELHEIM: 1969, p. 18)<sup>23</sup>

Neste sentido, cabe identificar, no interior da forma social capitalista, os pontos onde a atuação dos trabalhadores tem condições de interferir no controle político da economia. Em outras palavras, é necessário trazer à tona, como relevantes, formas alternativas de organização da produção onde estejam presentes os elementos que poderão potencializar processos de combate a economia do capital, contribuindo, portanto, para a construção política da superação desta *ordem ultrapassada*. Pensar desta forma auxilia, em grande medida, a compreensão dos processos de transição para o socialismo, sejam eles graduais, ou mesmo revolucionários:

---

<sup>23</sup> Entretanto, apesar da coexistência de diversos modos de produção inseridos numa estrutura complexa com dominante, a dinâmica é dada pelo modo dominante. “Definitivamente, cada uma dessas estruturas complexas constitui não uma simples justaposição de modos de produção, mas uma estrutura complexa *única*, um objeto *único*, dotado de sua causalidade estrutural própria. Ao mesmo tempo, essa estrutura única é submetida, em geral, ao domínio de uma estrutura específica, que corresponde à de um determinado modo de produção, por exemplo, o capitalista” (BETTELHEIM, 1969: p. 19)

“Se a presença simultânea e a interação de diversos modos de produção caracterizam não importa que estrutura econômica real, caracterizam também, sem dúvida alguma, uma economia em transição, mas, nesse caso, intervém um elemento suplementar, que é o *modo de domínio* e as *modalidades de eliminação* das estruturas não dominantes.” (BETTELHEIM, 1969: p. 19)

O *modo de domínio* de que o autor trata no excerto acima diz respeito ao elemento que caracteriza – no sentido de dar-lhe formato e dinâmica – o processo de mudança nas estruturas sociais. Na medida em que o modo de domínio se estabelece, definem-se as formas através das quais será feita a eliminação das estruturas não-dominantes<sup>24</sup>. Como os processos de mudança social e econômica respeitam à lei do materialismo histórico-dialético, é possível que tal controle político da economia, por parte dos trabalhadores, possa ser exercido em certo grau em uma sociedade capitalista, contraditoriamente, devido à presença de formas alternativas de organização da produção, incentivadas ou não pelas políticas estatais. Neste processo de eliminação das estruturas *não-dominantes*, o grau de poder dos trabalhadores pode seguir ampliando-se de forma a assegurar que o modo de domínio estabelecido pelos trabalhadores – representado pelos esforços de socialização – seja levado a cabo plenamente.

Portanto, entendo que os elementos que os autores colocam são importantes para pensar o desenvolvimento das formas alternativas de organização da produção, imersas na economia capitalista, no que diz respeito à busca política para que tal movimento, identificado politicamente com a superação do capitalismo, possa imprimir uma lógica

---

<sup>24</sup> “Nestas condições, até mesmo um certo desenvolvimento do capitalismo, seja sob a forma de concessões ao capital estrangeiro, limitadas e estritamente controladas, seja sob a forma de um certo progresso do capitalismo interior, pode não modificar a orientação predominante devido ao caráter operário do Estado e o domínio deste que Lênin chama ‘alturas dominantes da economia’” (BETTELHEIM, 1969: p. 20)

distinta a processos econômicos mesmo dentro da sociedade capitalista. A vitalidade de tais processos será definida de acordo com a intensidade com que a classe trabalhadora conseguir impor seu projeto histórico de sociedade.

No que diz respeito ao papel do Estado como instrumento neste debate da superação do capitalismo, as ferramentas de análise propostas pelos autores aqui visitados são de fundamental importância para se indicar um caminho através do qual se consiga ampliar o poder dos trabalhadores, que aqui significa, com efeito, uma elevação no grau de controle político da economia. De maneira esquemática<sup>25</sup>, é possível visualizar um setor da economia onde a forma de propriedade e as relações econômicas sejam distintas da hegemônica, sob o capitalismo. Um setor onde o potencial de controle político seja considerável e, através dele, torne-se possível influenciar o restante do sistema econômico. Cabe, a meu ver, atribuir grande importância aos mecanismos extra-econômicos do poder estatal no direcionamento de recursos da sociedade como via de assegurar que este setor tenha condições de ser viável social e economicamente.

Do reconhecimento da relevância do Estado enquanto instrumento de condução extra-econômica da sociedade, entende-se que a disputa pelo controle estatal, seja pela via eleitoral, seja através do processo revolucionário, é de suma importância para atingir os objetivos – estratégicos – de pleno controle político da economia pelos trabalhadores. De posse dos instrumentos de política econômica e de recursos públicos direcionados para o fomento de um setor produtivo controlado pelos trabalhadores, aliados a políticas restritivas ao desenvolvimento de formas parasitas e rentistas do capital, o Estado acaba por tornar-se um fortíssimo instrumento de viabilização de um processo de acúmulo de poder nas mãos dos trabalhadores. Entretanto, cabe ressaltar que esta meta se traduz em grandes dificuldades para

---

<sup>25</sup> Esquemático, para facilitar o entendimento. Contudo, julgo que seria possível estender o argumento, ou reduzi-lo, para mais de um setor, ou mesmo para apenas parte de um setor.

seus executores, no capitalismo. Em um mercado global<sup>26</sup> financeirizado e com forte presença imperialista<sup>27</sup>, determinar as leis econômicas a partir de novas conformações estruturais de ordem produtiva significa assumir a luta contra esta organização econômica centrada no poder financeiro.

O conceito de autogestão proposto por Guillerme & Bourdet pode ser um indicativo, aliado aos termos colocados por Lange e Bettelheim, de qual a tarefa dos trabalhadores para conseguir impor suas vontades às leis econômicas e, portanto, conquistar certo grau de planejamento à economia. Esta tarefa pressupõe a organização da sociedade, a partir dos detentores da força de trabalho, de forma autogestionária. Neste aspecto, atribui-se ao Estado, sob o controle dos que defendem a autogestão, a tarefa de viabilizar o crescimento relativo do setor vinculado aos interesses dos trabalhadores, na órbita produtiva. Uma tarefa crucial é, portanto, a da construção, por parte dos trabalhadores, de formas de organização que venham a servir de instrumento para a efetivação prática do processo decisório em busca da autogestão.

Em sociedades com economias subdesenvolvidas, como a dos países latino-americanos, os trabalhadores, de posse de uma organização política coerente e programaticamente unificada, devem cumprir tarefas que visem à superação dos entraves específicos da situação em que se encontram. A exposição de Bettelheim, ao listar especificamente as exigências do processo de superação do subdesenvolvimento, fornece

---

<sup>26</sup> Uma face do problema exposto aqui e que não pode, em nenhuma hipótese, ser deixado de lado, é a característica internacional da dinâmica capitalista, que exige um esforço em definir estratégias de luta à altura do problema. Nos tempos de Bettelheim, a teorização deste elemento internacional era por ele tida como muito pouco desenvolvida ainda, pois “o caráter diretamente nacional de tais transformações freqüentemente faz que se perca de vista o caráter internacional do processo de transição” (idem, p. 22). A necessidade de superar as barreiras de análise próprias do enfoque “nacional” se justifica pois “quando se estuda o funcionamento de uma economia nacional em particular, onde parece ‘dominar’ um modo de produção particular (...), não se deve – para chegar a conclusões significativas – tratar esta economia fora de seu modo de relação com os modos de produção dominantes em escala mundial, pois só se pode compreender essa economia nacional se ela for tomada como uma parte das relações de produção mundiais.” (idem, p. 21)

<sup>27</sup> “com a divisão do mundo pelo imperialismo, constituiu-se um sistema econômico mundial” (idem, p. 21)

elementos muito importantes para compreender e traçar indicativos de como a construção da sociedade autogerida se tornaria viável, nestas economias. Bettelheim, na medida em que vincula a luta pelo rompimento da situação de subdesenvolvimento à luta pela superação da economia do capital, apresenta um aspecto que se apresenta de forma crucial nas elaborações dos autores que serão analisados no capítulo posterior. “Fundamentalmente, as exigências da luta contra o subdesenvolvimento se confundem com as exigências mesmas de uma economia planificada socialista.” (BETTELHEIM, 1976: p. 64)

O autor distingue dois tipos de exigências relacionadas ao processo de superação no que diz respeito à luta contra o subdesenvolvimento – *objetivas e subjetivas*:

“As exigências objetivas (...) são finalmente constituídas pela transformação das condições de produção e pelos modos de apropriação. Trata-se, por um lado, de eliminar as formas de apropriação que permitem aos interesses privados, estrangeiros ou nacionais, ir adiante dos interesses coletivos, que são aqueles de um desenvolvimento econômico rápido. Para este fim, é de uma importância extrema que o comércio exterior, o comércio interno, os bancos, os grandes meios de produção e os recursos nacionais, assim como os principais meios de transportes, sejam postos à disposição do Estado ou de coletividades públicas (...). por outro lado, trata-se de eliminar progressivamente as técnicas e os meios de produção superados e de substituí-los por técnicas e meios de produção mais eficazes e mais modernos.” (idem, p. 63)

As exigências subjetivas dizem respeito à luta ideológica que deve ser empreendida pelos atores sociais interessados nos desenvolvimentos, nos termos colocados pelo autor. Em especial, a classe trabalhadora deve tornar-se uma grande definidora desta luta política.

Conforme o entendimento proposto no primeiro capítulo, apesar de Guillermin & Bourdet tecerem críticas contundentes à *centralização burocrática* da

organização soviética, entendo que o conceito de autogestão como controle político da sociedade exercido pelos trabalhadores, independente da(s) forma(s) de propriedade existente(s) no setor socialista, somente pode ser viabilizado através da intervenção, tática e estratégica no ambiente político e econômico no sentido de orientar o processo de superação do capitalismo. Independente da forma – centralizado ou não, de organização única ou constituído por uma *frente* de organizações, etc. –através da qual se materialize esta intervenção ela deve ser capaz, além da tarefa primordial de disputar o poder político, de contribuir para a educação política dos trabalhadores rumo a um forma alternativa de organização da produção, através do *autogoverno dos produtores associados*.

### Capítulo 3: O debate socialista atual: o papel dos implantes socialistas

Nos capítulos anteriores, busquei demonstrar de que forma a autogestão, como um conceito que resulta dos debates acerca da luta dos trabalhadores pela superação do capitalismo, se relaciona com a intenção por parte do movimento socialista em governar a sociedade – através do *autogoverno dos produtores associados* (Marx). Na segunda parte do trabalho, em especial, foi exposto como importantes autores da economia planejada – no caso, Lange e Bettelheim – trataram do planejamento da economia e das relações de causa e efeito entre o planejamento e a participação dos trabalhadores no processo decisório.

Côm o fim do século XX – e o desaparecimento das economias socialistas (reais), muitos pensadores, ao contrário do que pregava a propaganda pró-capitalista, procuraram promover uma leitura crítica do desenvolvimento do socialismo no século xx, no sentido de reelaborar as táticas de luta dos trabalhadores e de retomar o socialismo enquanto horizonte estratégico.

A partir de diversas leituras, é possível perceber que muitas destas *novas* elaborações abordam a questão do papel de empreendimentos autogestionários, e das relações entre a construção socialista e participação dos trabalhadores nestes empreendimentos. Ou

seja, tratam do problema da construção de formas alternativas de organização da produção, inseridas na economia capitalista, como ferramentas de transição para o socialismo.

Dois processos sociais de maior relevância resultam desta *nova* fase das lutas socialistas. No Brasil, pode-se observar o surgimento, a partir dos anos de 1990 e com a difusão das políticas neoliberais, do cooperativismo e de outros empreendimentos sob organização autogestionária. A importância deste fenômeno social foi tamanha que motivou o surgimento, por exemplo, em diversas partes do país, de incubadoras de cooperativas vinculadas às universidades. Tal movimento é sistematizado, em termos teóricos, por Paul Singer em seus trabalhos, assim como nos de outros autores, denominando este movimento como *economia solidária*<sup>28</sup>.

Neste mesmo sentido e ao mesmo tempo desenvolve-se a peculiar trajetória venezuelana, sob o comando do presidente Hugo Chávez Frías. Têm-se difundido naquele país uma diversidade de formas econômicas alternativas ao capitalismo, atribuindo ao Estado um papel fundamental.

O processo venezuelano é chamado de socialismo do século XXI por Hugo Chávez e seus seguidores. Do ponto de vista econômico, tal *socialismo* se estabelecerá através de implantes socialistas – no caso as Empresas de Produção Social. A elaboração teórica deste processo ficou a cargo, entre outros, do Centro Internacional Miranda, na Venezuela. Neste centro estão trabalhando diversos teóricos cuja função é estudar a realidade venezuelana e propor caminhos, bem como caracterizar e teorizar a respeito do socialismo do século XXI.

Um importante autor deste Centro é o Prof. Michael Lebowitz<sup>29</sup>, que tem apresentado, no campo da economia política, uma concepção específica das formas atuais que

<sup>28</sup> Um esforço no sentido da construção de um conceito que possa caracterizar a economia solidária está presente no trabalho de CRUZ, Antonio: 2006.

<sup>29</sup> Professor emérito da Universidade Simon Fraser em Vancouver, Canadá, autor, entre outros trabalhos, de "Socialism for the 21st Century" - New York: Monthly Review Press, 2006

este *socialismo* deve assumir e de sua visão de transição para o socialismo.

Parte dos objetivos deste capítulo é o de expor de forma concisa a relevância que estes dois autores conferem ao papel dos implantes socialistas na definição de um rumo para a transição ao socialismo. Assim, entendo que dois importantes fenômenos atuais estarão representados nestas elaborações. Neste sentido, não pretendo realizar aqui um estudo de cada caso específico, apesar de pretender, na medida em que for oportuno, indicar leituras que possam ser úteis ao entendimento da realidade na qual estão inseridos os autores aqui propostos.

O contraste entre estas duas visões será objeto da terceira seção deste capítulo.

## 1. Michael Lebowitz e o socialismo do século XXI

Conforme já mencionado, a esquerda passa atualmente por um importante momento de reflexão. Com o fim do século XX, e a difusão do neoliberalismo, vai se constituindo em torno de importantes intelectuais um esforço de autocrítica em relação às experiências socialistas do século passado<sup>30</sup>. Do esforço de autocrítica e da especificidade da conjuntura, surge nestes primeiros anos do século xxi uma interessante experiência prática na Venezuela, sob o comando do presidente Hugo Chávez Frías e por ele intitulado de *Revolução Bolivariana*.

Chávez atribui ao processo político e econômico, presente na chamada *Revolução Bolivariana*, certa coerência com os esforços de autocrítica citados acima e que tal

---

<sup>30</sup> Um importante exemplo desta retomada, além de Lebowitz, pode ser identificado nos trabalhos de István Mezsáros.

*revolução*<sup>31</sup> estaria inserida num conjunto de propostas que Chávez, e alguns intelectuais, têm propagado ser o *socialismo do século xxi*. Dentre estes estudiosos, Michael Lebowitz destaca-se por, mesmo inserido num ambiente de grande nebulosidade proveniente do atual estágio *deste socialismo*, conseguir estabelecer um interessante esquema teórico onde se procura resgatar a idéia da superação da economia capitalista – a partir de uma leitura crítica das experiências socialistas, em especial a experiência soviética e a iugoslava.

#### a. *Lições do socialismo soviético e da autogestão iugoslava*

Para reconstruir aqui uma leitura do esquema teórico do Autor referente ao debate sobre as formas alternativas de organização da produção, no âmbito do *socialismo do século XXI*, é necessário ter em mente quais os elementos centrais que Lebowitz extrai em sua análise de certas experiências socialistas<sup>32</sup>:

Da análise da experiência soviética, o Autor traz a questão da ausência de participação dos trabalhadores no processo de organização da produção e no estabelecimento das metas dos planos em nível nacional e no nível dos locais de trabalho. A plena centralização das unidades estatizadas, aliada à falta de controle operário sobre o processo produtivo e sobre as decisões centrais da economia fizeram com que, segundo o Autor, os trabalhadores estivessem cada vez mais desestimulados ao trabalho, reproduzindo a relação de alienação herdada do sistema capitalista.

Toma importância neste processo de *alienação* o fato de que a tecnocracia e

---

<sup>31</sup> Harnecker, Marta – *Um homem, um povo* – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

<sup>32</sup> Lebowitz reconhece em seus textos os êxitos econômicos logrados pelas economias socialistas, em especial nas primeiras fases de superação do atraso econômico por que passavam. Entretanto, para o correto entendimento da proposta atual deste autor, se torna necessário o levantamento dos principais pontos de crítica, por que serão a partir deles que se será construída a proposta do autor para o momento atual. Neste sentido, a exposição acerca dos elementos de análise do processo iugoslavo está mais completa, em relação ao processo soviético, devido a que grande parte da proposta atual de Lebowitz baseia-se na crítica ao processo iugoslavo, sem, portanto, menosprezar a importância que o autor atribui à degeneração burocrática do processo soviético.

os dirigentes partidários acabaram por se transformar numa elite política e econômica inserida na economia socialista<sup>33</sup>. Lebowitz classifica, assim, de *capitalismo de estado* o regime soviético<sup>34</sup>: “Devemos superar o capitalismo. Mas não podemos recorrer ao capitalismo de estado, que seria a mesma perversão da União Soviética.” (Chávez *apud* Lebowitz, 2006b: p.3)

Uma segunda experiência que o Autor se propõe a examinar é a do processo de construção (e crise) do socialismo na Iugoslávia, via autogestão. Através de sua leitura crítica, é possível extrair conclusões em grande medida relevantes para a construção de seu esquema teórico. Como tais entendimentos trazem importantes conseqüências para o pensamento de Lebowitz, entendo ser importante reconstruir os argumentos usados na análise da tentativa socialista iugoslava.

A experiência iugoslava<sup>35</sup> foi bastante interessante por representar, logo de início, um processo de crítica – do ponto de vista prático – da forma de organização adotada pela economia soviética. Como se trata de um país que *fez sua própria revolução*, e não apenas foi ocupado pelas tropas soviéticas ao fim da segunda guerra, o caminho a perseguir foi traçado de forma distinta do conjunto dos países que passaram por processos de socialização de suas economias no imediato pós-guerra (LEBOWITZ, 2004: p. 2). Em 1950 foi decretada a autogestão nas unidades produtivas e as empresas, que tinham sido transformadas em estatais, no resultado do processo revolucionário estavam agora sob o

---

<sup>33</sup> Não é à toa, segundo Lebowitz, que existe, em grande medida, uma coincidência entre as pessoas que hoje controlam grandes corporações na Rússia, com aquelas que estavam no controle do aparelho burocrático soviético. De tal experiência, o autor traz à tona a questão – que já foi levantada no capítulo primeiro deste trabalho – de que o controle das unidades produtivas deve estar sob o domínio dos trabalhadores.

<sup>34</sup> Fica evidente aqui que o autor aproxima-se da defesa de Guillerme & Bourdet a respeito da degeneração do processo soviético, permitindo o entendimento de que uma alternativa ao processo soviético se daria pela via da construção de processos decisórios autogestionários nas unidades produtivas, e na organização da sociedade.

<sup>35</sup> Para o desenvolvimento dos argumentos do autor, me utilizarei aqui do texto “Lecciones de autogestión yugoslava”: 2004.

comando dos trabalhadores no local do trabalho<sup>36</sup>. O gerenciamento das firmas era feito através dos conselhos eleitos pelo conjunto dos trabalhadores da mesma unidade. O Estado nomeava o presidente da empresa, mas esta nomeação deveria ser referendada pelo conselho operário da firma.

A produção era toda ela destinada ao mercado, que se manteve como espaço privilegiado de chancela – via *realização* das mercadorias – das necessidades humanas. O planejamento da economia era feito tomando por base apenas os investimentos tidos como necessários, ou que se almejavam, para o período seguinte, ficando o Estado encarregado de garantir as metas definidas no plano. Como o Estado era responsável pelo planejamento e pela realização dos investimentos, era dele também a atribuição de criar novos postos de trabalho, via abertura de novas firmas, que seriam autogeridas logo em seguida. O financiamento dos investimentos era feito através de impostos cobrados das empresas autogestionárias. O restante das decisões de produção era definido em cada unidade de produção, que, através deste mecanismo, gozava de autonomia em relação às demais e à sociedade:

“Os conselhos se reuniam a cada mês (as reuniões eram abertas a todos os membros da coletividade) e tomavam decisões sobre assuntos como preços, produtos, publicidade, a organização do local de trabalho, o aumento da força de trabalho, as condições de trabalho, e os salários relativos de distintos grupos de trabalhadores na empresa. Uma das decisões mais significativas foi como investir os lucros da firma e quanto seria distribuído como lucros pessoais.” (idem, p. 4)

Do ponto de vista interno, a unidade produtiva se organizava de forma

---

<sup>36</sup> “Na Iugoslávia, as empresas eram estatais e o estado confiou a administração destas aos trabalhadores de cada empresa. Se chamavam empresas sociais ao invés de empresas estatais. Os trabalhadores nas empresas não eram vistos como operários, mas como membros de um coletivo de trabalho.” (idem, p. 04).

diversa da capitalista, já que suas decisões eram tomadas pelo coletivo dos trabalhadores e os rendimentos distribuídos segundo critérios definidos coletivamente. Do ponto de vista externo à firma, não havia grandes diferenças com relação ao mercado capitalista tradicional. Internamente, todos tinham o mesmo interesse – os operários e o setor administrativo: aumentar os lucros da firma de forma a ampliar, com isso, a renda dos trabalhadores. Um aspecto importante, segundo Lebowitz, é que este aparente *interesse comum* possibilitou com que os trabalhadores não se interessassem pelos detalhes *técnicos*, deixando tal tarefa para os *experts*. A rotatividade nas funções não era um pressuposto formalizado.

Nas palavras do Autor:

“Desejo mencionar alguns problemas que se suscitaram dentro dos conselhos de trabalhadores. Primeiro, havia uma grande diferença entre o que os conselhos podiam fazer e o que realmente faziam. Existiam diferenças importantes entre empresas, e estas foram menos marcadas em áreas com muita experiência industrial. Uma grande parte dos gerentes propostos era aceita pelos conselhos de trabalhadores com muito pouco debate. Os conselhos passaram muito mais tempo discutindo sobre as rendas relativas dentro das empresas, os novos contratos, etc. que discutindo acerca de decisões sobre o mercado ou sobre os investimentos que deveriam ser feitos. Duas explicações eram oferecidas às pessoas sobre este fenômeno. Uma positiva era que a divisão do trabalho era racional porque os gerentes tinham os mesmos interesses econômicos que os outros trabalhadores e que se eles tinham experiência e haviam obtido o posto para fazer algo determinado, ‘pois deixem-nos fazerem seu trabalho e nós fazemos o nosso’. A negativa era que estavam dominando os tecnocratas. (‘Homens com palavras compridas, e textos complicados e incompreensíveis’). Ambas explicações apontavam as grandes diferenças existentes entre os *experts* e as massas.” (idem, p. 16)

O Autor levanta como resultados bastante positivos deste processo o rápido crescimento do produto, nos anos 1960, devido tanto à grande participação dos trabalhadores na gestão das unidades e, com isso, aos aumentos na produtividade do trabalho – via aumento da disciplina no trabalho, e o direcionamento, pelo Estado, dos recursos provenientes de impostos para setores onde a atividade econômica se encontrava pouco – ou nada – desenvolvida. As novas unidades criadas para atender a estas necessidades eram postas sob controle operário e com isso eram criados inúmeros postos de trabalho. A grande capacidade de investimento do poder estatal pôde fazer com que a Iugoslávia apresentasse, nos anos de 1960 e 70, uma das maiores taxas de investimento do mundo, em torno de 30% do PIB.

Apesar do grande dinamismo econômico apontado acima, com este tipo de organização (internamente socialista e externamente mercantil – sem nenhum meio de coordenação social da produção), as firmas acabaram por se transformar, na prática, em *propriedade de um grupo de pessoas*. O elemento que unia os trabalhadores, membros de um destes grupos, era o fato de que deveriam esforçar-se para aumentar a rentabilidade da empresa e, assim, a renda deles próprios.

Com base nesta relação de propriedade e de mando na produção, fincada nos interesses do grupo, era evidente a existência de uma contradição entre tais interesses particulares e o interesse presente na intervenção estatal, cuja política principal de intervenção no mercado se dá via impostos. Em nome de uma negação da intervenção estatal, usando a experiência soviética como exemplo de retórica, era defendida a redução das alíquotas numa defesa de que as unidades deveriam estabelecer também os investimentos necessários da economia:

“O Congresso do Conselho de Trabalhadores de 1957 reclamou: [...] não temos poder suficiente para tomar decisões. Precisamos remover as regulações estatais que restringem a independência das empresas. Em particular

temos que fomentar mais a iniciativa de deixar mais dinheiro dentro das empresas, permitindo com que executem mais investimentos. Quer dizer, baixar os impostos. Deixemos que as firmas invistam mais e o Estado, menos.”(idem, p. 8)

Com esta redução dos impostos, o tamanho do Estado se reduziu muito, e o dinamismo na geração de empregos, via novas plantas produtivas, foi perdido. Ademais, foram acentuadas as diferenças<sup>37</sup> entre empresas da mesma indústria – devido a níveis distintos de produtividade e organização – e entre indústrias. Sem o potencial redistributivo estatal, foram se ampliando também as diferenças regionais, que, no caso iugoslavo, significava ampliação das diferenças entre distintas nações:

“Tudo isto produziu graves problemas como: desemprego, desigualdade, inflação. E isto contribuiu para a falta de solidariedade dentro da sociedade. O fato de concentrar-se no interesse do coletivo de trabalhadores (sem levar em conta os interesses da sociedade) produziu a tendência a uma menor solidariedade. Reflexo disto foi o incremento do desejo das repúblicas mais ricas de tornarem-se independentes das mais pobres, e aumentou o antagonismo étnico.” (idem p. 14)

Como as unidades eram agora responsáveis pela alocação de investimentos, o endividamento foi muito utilizado pelas firmas. “As empresas iugoslavas haviam conseguido muito dinheiro emprestado de alguns bancos ocidentais [nos anos de 1970], em uma época em que havia bonança financeira – devido aos petrodólares aqueles bancos teriam suficiente dinheiro para emprestar” (idem, p. 15), a taxas – naquele momento – convidativas.

---

<sup>37</sup> “Existía una tendencia hacia la desigualdad. La meta principal de las empresas autogestionadas era el interés de ese colectivo, es decir, buscaban maximizar los ingresos de los miembros del colectivo en el presente y futuro. Una parte de la desigualdad de los ingresos era muy lógica: provenía de los éxitos y fracasos de los diferentes grupos de trabajadores y reflejaba las diferencias de sus contribuciones. Pero había otra fuente de desigualdad: en algunas industrias los ingresos eran mucho más altos que en otras (por ejemplo, en las del sector de la energía eléctrica en comparación con las textiles), y las diferencias iban aumentando.” (idem, p. 13)

Este processo se generalizou, obrigando o governo a sujeitar-se a um acordo com o FMI – Fundo Monetário Internacional, após a crise dos anos de 1980 que atingiu o mundo todo, em especial a periferia endividada. Uma exigência do Fundo era o desmantelamento das unidades autogeridas, convertendo as unidades produtivas ao funcionamento clássico capitalista.

...

Da exposição acima, em linhas gerais, do processo iugoslavo de construção da autogestão, e de sua derrocada, algumas lições podem ser derivadas e devem aqui ser enumeradas, conforme a leitura do trabalho do Autor.

- 1) Tendo por base os resultados econômicos obtidos inicialmente no processo de construção da alternativa iugoslava, Lebowitz é enfático ao dizer que a autogestão *funciona* como proposta de organização das unidades produtivas. Através da autogestão a Iugoslávia se industrializou, com uma grande taxa de crescimento e altos níveis de investimento, podendo atender a necessidades econômicas e sociais dos trabalhadores.
- 2) É muito perigoso apostar numa organização produtiva que se baseie somente nos interesses do grupo de trabalhadores envolvidos na firma. “Porque o interesse coletivo, isolado da sociedade como um todo só resulta na desintegração da solidariedade” (idem, p. 18)
- 3) Nem todas as decisões de investimento devem ser deixadas ao cargo das empresas. Cabe aqui uma importante constatação de que o Estado, no processo de planificação, se torna muito importante no redirecionamento de recursos.

- 4) Necessidade de desenvolver mecanismos de solidariedade. Nas palavras do Autor, “o juízo sobre a distribuição adequada de rendas deve ser atingido mediante um consenso social” (idem, p. 18-19). Neste ponto torna-se relevante a questão da organização política dos trabalhadores que possa dar conta da tarefa da gestão não só de uma unidade produtiva, como da sociedade como um todo.

### **b. Os implantes socialistas na economia capitalista: uma proposta**

Através da análise das experiências do socialismo realmente existente, Lebowitz desenvolve uma proposta de formas alternativas à produção capitalista. Tais implantes socialistas se constituiriam nas bases de um processo de transição da economia do capital em direção à sua superação, desde um ponto de vista socialista. Sua construção teórica tem base no processo em curso atualmente na Venezuela, principal local de estudo e atuação política do Autor no momento.

Inicialmente, Lebowitz procura deixar claro que suas propostas de construção de alternativas à forma capitalista de produção passam pela questão do poder político na sociedade. Ao afirmar que “não se pode mudar o mundo sem tomar o poder” (LEBOWITZ, 2006b: p. 86), o Autor deixa claro que a disputa do comando do Estado deve constar do horizonte tático da luta dos trabalhadores. Com o controle do aparato estatal, torna-se possível o direcionamento de recursos de setores rentistas do capital – como o pagamento de juros da dívida pública – para áreas econômicas de fomento a formas alternativas de organização da produção.

O papel do Estado seria o de trabalhar no fomento de duas frentes de

empreendimentos econômicos alternativos. Por um lado, as políticas estatais deveriam atuar no sentido de impulsionar o desenvolvimento de uma economia popular cooperativa, através do deslocamento de fundos públicos e através de capacitação técnica que viabilize tais empreendimentos. Poderá o Estado também atuar como no caso iugoslavo: implantar novas unidades produtivas e entregar o controle de tais firmas aos trabalhadores, através da autogestão.

Tais empreendimentos são chamados de Empresas de Produção Social<sup>38</sup> – EPS – pelo Autor. Uma importância fundamental é atribuída ao papel das comunidades populares no desenvolvimento das Empresas de Produção Social. “No caso das EPS e seu vínculo com a comunidade, o central é a criação de um ‘sistema comunal de produção e consumo’, a articulação direta das necessidades da comunidade e da atividade produtiva” (LEBOWITZ, 2006b: p 06). As EPS poderiam atuar em frentes de construção de moradias, de postos de saúde, assim como no atendimento a demandas específicas de certa comunidade, como vestuário e alimentação, por exemplo.

Por outro lado, seria também atribuição do setor público a construção de um grande parque industrial estatal, abrangendo os ramos da atividade econômica onde escalas de produção e volume de investimentos justificasse tal apropriação pelo Estado. Como exemplos, podemos citar ramos como a petroquímica, o setor de geração e de distribuição de energia elétrica, os bancos, etc.

A forma de organização produtiva desta indústria estatal se daria de maneira a garantir o controle operário sobre as decisões de produção, estabelecendo relações diretas com a sociedade, através do que chamou de *co-gestão*<sup>39</sup>. Em outras palavras, no setor estatal,

---

<sup>38</sup> O tratamento, aqui, de tais Empresas de Produção Social estará restrito à forma como Lebowitz elaborou em seus trabalhos. A forma como o cotidiano da política na Venezuela tem conceituado tais empresas pode ser vista em TROUDI & MONEDERO, 2006.

<sup>39</sup> Existe um debate atualmente na Venezuela a respeito de quais empresas estatais deveriam sujeitar-se à co-gestão. Nisto, Lebowitz se posiciona de forma incisiva a favor de que todas as unidades estatais devam estar

seria de fundamental importância que as metas de produção, as decisões quanto a investimentos, entre outras, sejam estabelecidas em conjunto com a coletividade – entendida aqui como sendo o conjunto da sociedade. Com isso, os trabalhadores estariam de posse dos instrumentos que possibilitariam lutar contra a alienação no processo de trabalho e, através das relações com o conjunto da sociedade no processo decisório, seria possível evitar que a empresa sob o controle dos trabalhadores se torne, na prática, um empreendimento de grupo.

A participação das EPS no conjunto do chamado setor “socialista” – no sentido de ser aquele que contém em si os chamados *implantes socialistas* – da economia se daria através do entrelaçamento com as empresas estatais, procurando trabalhar como fornecedores de insumos. Nas palavras do Autor:

“Intimamente articuladas com estas firmas estatais e conectadas a elas como parte de novas cadeias produtivas (como provedores e processadores) estarão as cooperativas, reabilitadas como empresas de produção social. O conceito, assim, é o de ‘caminhar com as duas pernas’: grandes empresas y pequenas empresas; firmas estatais y firmas de produção social; desenvolvimento intensivo y desenvolvimento extensivo.” (LEBOWITZ, 2006b: p. 04)

“Caminhar com as duas pernas” significava, então, articular de forma integrada as EPS e as empresas estatais, sendo as primeiras um resultado de organizações surgidas nas diversas comunidades presentes no país, organizadas através de conselhos comunais e o setor estatal organizado segundo os moldes da co-gestão.

Cabe aqui, entretanto, uma ressalva importante: para Lebowitz a simples

---

sob controle dos trabalhadores e, por conseguinte, via co-gestão, da sociedade – inclusive a grande estatal PDVSA. O autor coloca, a este respeito, que caso uma empresa estatal esteja sob a forma de organização capitalista de Estado, esta não poderá estar relacionada de forma plena com as Empresas de Produção Social que deveriam dar suporte à sua existência. Caso exista relação entre as EPS e estatais onde não haja co-gestão, o Estado estaria, em última análise, tomando as decisões econômicas nestas EPS. Para mais questões sobre o tema, ver Lebowitz, 2008.

existência de um setor cooperativo servindo como base para o setor estatal poderia fazer parte da construção do capitalismo de Estado:

“As empresas estatais podem ser empresas capitalistas de estado ou empresas socialistas quanto ao seu caráter; e as cooperativas podem basear-se no auto-interesse de um coletivo ou nas necessidades da comunidade em seu conjunto. (...) [no socialismo realmente existente] Já existiam cooperativas, administradas coletivamente por seus membros e, entretanto, se via que algo lhes faltava. Por quê? Porque o intercâmbio de mercadorias em que estavam envolvidas implicava que o comprador e o vendedor fossem independentes entre si no intercâmbio de atividades, por outro lado, o central está na unidade, na solidariedade entre os membros de uma sociedade.” (LEBOWITZ, 2006b: p. 05)

Uma diferença crucial e que aqui se torna especialmente relevante é que tal interação entre as empresas estatais e o setor cooperativo não se daria através dos mecanismos de mercado. Nesta passagem seguinte o Autor é ainda mais explícito nisso:

“No caso da ligação entre as firmas estatais e as EPS, a negação das relações mercantis entre estas empresas é a afirmação de que estas unidades produtivas não são independentes senão que são parte de uma mesma totalidade, que são um subconjunto do trabalhador coletivo que está gerando produtos específicos no interesse da sociedade em seu conjunto.” (LEBOWITZ, 2006b: p. 06)

O objetivo último dentro do esquema de Lebowitz parece ser a construção de laços de solidariedade entre os trabalhadores no sentido de viabilizar a disseminação de propostas alternativas de organização da produção e, com grande importância, a questão do processo decisório:

“Na medida em que as comunidades identificam coletivamente suas necessidades e estabelecem suas prioridades, existe um fundamento para que a atividade produtiva se baseie realmente nas necessidades e nos fins comunais. E, neste contexto, na medida em que os produtores das empresas estatais decidam sobre a atividade planejada tanto entre si, como com os produtores nas EPS – *Empresas de Produção Social*, sua atividade poderá basear-se na cooperação, na solidariedade e no atendimento das necessidades da sociedade. Esta combinação particular de democracia protagonista na comunidade e democracia protagonista no local de trabalho incorpora a solidariedade entre as unidades produtivas e a sociedade diretamente nas próprias unidades produtivas (a ausência desta solidariedade, como temos visto, foi um problema na Iugoslávia).” (LEBOWITZ, 2006b: p. 06)

## 2. Paul Singer e a Revolução Social Socialista

### *Crítica ao socialismo realmente existente*

Agora cabe construir, aqui, o desenvolvimento do pensamento de Paul Singer no que diz respeito à sua releitura das táticas de luta pelo socialismo, em especial quanto ao papel das cooperativas, inseridas no que chamou de implantes socialistas no capitalismo.

Assim como Lebowitz, Singer também parte de uma avaliação crítica das experiências do socialismo realmente existente. Nesta avaliação, Singer procura caracterizar a dicotomia entre os dois mundos, presente no período da Guerra Fria, como uma dicotomia entre economias, por um lado, dirigidas por um Estado Capitalista e economias, por outro, dirigidas por um Estado Burocrático (SINGER, 1980). Já neste momento da sua análise, o Autor, portanto, não utiliza o rótulo “socialista” para as economias do “socialismo realmente existente”. Esta maneira de tipificar tais economias já pode ser um bom indicativo da forma como o Autor avalia a construção da superação do capitalismo após os processos revolucionários de tomada do poder político. Neste ponto, de forma geral, Singer parece concordar com as análises de Lebowitz aqui expostas.

Primeiramente, entendo ser crucial para a compreensão do pensamento de Singer dentro de sua re-elaboração das táticas de luta pelo socialismo a diferença que o Autor atribui aos conceitos de revolução social e de revolução política. Ao dar grande ênfase a esta dicotomia, o Autor está construindo seu pensamento numa oposição à tática de luta que priorizava a tomada do Estado, almejando o controle político, como forma primordial de iniciar o processo de transição ao socialismo. Tal tática de luta foi utilizada nos levantes de cunho socialista ocorridos durante o século XX.

Para Singer, ao priorizar a luta pela tomada do poder político, as organizações de trabalhadores acabaram por atribuir uma importância extrema ao partido

político da classe, sendo que outras iniciativas de cunho socializante – aqui especificamente o Autor trata das cooperativas e dos sindicatos – ou eram depreciadas pelas organizações políticas de trabalhadores ou acabavam por serem encaradas como “correias de transmissão” da política destas organizações<sup>40</sup>. Vale dizer que, para Singer, o fato da existência desta correia de transmissão, por parte das organizações, era um limitante ao desenvolvimento do potencial revolucionário dos empreendimentos compreendidos neste escopo das iniciativas socializantes.

Em contraponto à tática de luta pela conquista do poder político, Singer caracteriza a revolução política como um “episódio de transformação institucional das relações de poder” (Singer, 1998: p. 11). Tal *episódio* seria a síntese histórica de uma transformação econômica e social mais duradoura e desenvolvida ao longo do tempo. Em outras palavras, tomando o exemplo da revolução social capitalista, assim como se deu nas revoluções políticas ocorridas na França, Inglaterra e Estados Unidos, elas eram nada mais do que reflexos de uma contradição entre uma estrutura de poder arcaica, em termos históricos, identificada com o feudalismo, e uma estrutura econômica e social identificada com a nova sociedade, o capitalismo. A revolução política seria, então, consequência das contradições geradas pelas mudanças estruturais ocorridas na sociedade ao longo do tempo. “As revoluções políticas são, portanto, marcos concentrados no tempo de ‘uma jornada muito mais longa’” (idem, p. 21).

Ao olhar para as revoluções políticas de cunho socialista, Singer as contesta enquanto produto de uma revolução social em andamento. Como a mudança social não estaria em marcha – pelo menos não tão avançada a ponto de justificar uma revolução política – a tomada do poder pelos trabalhadores nos processos revolucionários do século XX gerou uma

---

<sup>40</sup> “Na época da revolução proletária, as cooperativas revolucionárias devem se propor a dois objetivos: a) ajudar os trabalhadores na sua luta pela conquista do poder político; b) onde este poder já foi conquistado, ajudar os trabalhadores a organizar a sociedade socialista.” (Internacional Comunista, 1934: p. 135)

dicotomia entre o Estado “Socialista” e atual estágio do processo de revolução social, que deveria estar apontando para a superação do capitalismo.

Com esta concepção de que a revolução social é algo mais longo no tempo histórico, o Autor procura identificar as táticas de luta, a partir de sua visão, dos socialistas. Para tanto, Singer estabelece um conceito de *implantes socialistas* no capitalismo, como sendo as instituições – ou organizações – sociais que teriam, em si, elementos de cunho socializante, sendo *potencialmente anticapitalistas*.

“a revolução social socialista começa com a implantação de instituições anticapitalistas resultantes das lutas do movimento operário contra certas tendências imanentes do capitalismo, como a concentração de renda e da propriedade, a exclusão social (que toma a forma predominante do desemprego) e a ‘destruição criadora’ de empresas e postos de trabalho.” (SINGER, 1998: p. 19)

Além dos empreendimentos cooperativos, outros são os exemplos de implantes socialistas, tais como a legislação do trabalho<sup>41</sup>, o sufrágio universal<sup>42</sup> e a seguridade social<sup>43</sup>. O elemento comum entre eles, segundo o Autor, seria o caráter potencial

---

<sup>41</sup> “Ela [a legislação trabalhista] tinha – e continua tendo – uma clara orientação ideológica anticapitalista e, por isso, sofreu feroz oposição por parte dos liberais. Estes viam – e continuam vendo – na legislação do trabalho uma violação dos direitos individuais, ao proibir certos contratos entre pessoas que deveriam ser únicos juízes de seus interesses.” (SINGER, 1998: p. 75) “A legislação trabalhista – que na Grã-Bretanha assim como nos demais países é sempre conquista do movimento operário – eleva a barganha entre capital e trabalho do plano individual ao coletivo” (idem, p. 76)

<sup>42</sup> “A rigor a democracia política dispensa outros adjetivos, pois tem sua própria lógica, que se ajusta a diferentes sistemas sócio-econômicos. Mas, se fosse necessário adjetivar a democracia moderna com sua origem de classe, então ela teria que ser denominada de democracia proletária e não de democracia burguesa”. (idem, p. 116) Em sua relação com o mercado, a democracia baseada no voto censitário se transformaria num elemento potencialmente limitante do livre jogo daquele, pois “os perdedores do jogo do mercado se inclinariam a criticar a livre concorrência e se tiverem direito de voto e de serem votados usarão estes poderes para desfazer os resultados do jogo do mercado, violando o direito de propriedade e redistribuindo a renda por critérios outros que o da livre competição. É o que deixa claro o caráter anticapitalista do sufrágio universal.” (idem, p. 116)

<sup>43</sup> “[A seguridade social] contradiz a lógica capitalista, segundo a qual o seguro social, como qualquer outro seguro, deve ser realizado pelo mercado. Por esta lógica, cada indivíduo deve ter a liberdade de escolher quanto vai poupar de sua renda e como vai aplicar a poupança (...) O seguro social público viola esta lógica, primeiro porque é obrigatório, segundo porque estranhos, isto é, empregadores e governos pagam parte dos

de se colocarem como limitantes à livre atuação do capital.

No caso dos objetivos deste trabalho, o que será tratado como implantes socialistas serão as cooperativas, sejam elas de produção, consumo, ou mesmo de trabalho. O Autor, entretanto, defende que as organizações de trabalhadores se organizem para lutar para que o conjunto dos implantes aqui citados desenvolva seu potencial anticapitalista<sup>44</sup>. Em outras palavras, ao impulsionar a revolução social socialista<sup>45</sup>, os socialistas devem impulsionar o desenvolvimento da legislação do trabalho – o que significa, como será visto adiante, que se deve *regular* o mercado de trabalho e não superá-lo; o aprofundamento da democracia baseada no sufrágio universal; e a construção de um sistema público, com controle público, de seguridade social com critérios horizontais de benefícios e solidariedade intergeracional, com participação no custeio dos prêmios dos empresários, do governo e dos trabalhadores.

No caso específico das cooperativas,

“[elas são] sem dúvida o mais controverso e significativo implante socialista no capitalismo (...). Os princípios do cooperativismo são opostos aos do capitalismo, porque eles invertem as relações entre a empresa e seus clientes e a empresa e seus trabalhadores.” (idem, p. 122)

Papel de destaque recebe a cooperativa de produção, onde os trabalhadores “são eles mesmos donos e controladores da empresa, compartilhando todas as informações, discussões e negociações que visam à tomada de decisões” (idem, p. 124). Tal papel de

---

prêmios e, terceiro, porque os fundos de previdência são públicos (...) O sistema público de seguridade social representa um possível implante socialista também porque pode disponibilizar quantidades importantes de capital para fins anticapitalistas.” (idem, p. 121)

<sup>44</sup> Uma crítica interessante dos implantes socialistas elencados por Singer pode ser vista no artigo “*Cooperativas e Socialismo*” de João Machado in Souza et all (orgs), 2003.

<sup>45</sup> A idéia geral presente em *A utopia militante* é a de que a revolução social socialista começou há dois séculos atrás, com o início das lutas da classe trabalhadora pelo estabelecimento dos implantes socialistas.

destaque induz o Autor a sugerir que a disseminação do *modo cooperativo* para o conjunto da economia, pode superar a alienação do trabalho e as desigualdades sociais decorrentes da produção capitalista. Singer sugere, inclusive, que a disseminação das cooperativas pode acabar com a extração de mais-valia por uma classe de exploradores:

“Uma economia onde não há capitalistas, só há trabalhadores, onde os trabalhadores associados são seus empresários, é o trabalhador não sendo apenas operário coletivo, mas também empresário coletivo e que consegue, de uma forma democrática, gerir as suas unidades de produção e permitir que elas se ampliem, progridam, cresçam e proporcionem resultados econômicos algumas vezes bastante bons, outras vezes não bons e fecham.” (SINGER *apud* MACHADO, João *in* SOUZA *et al*, 2003: p. 104)

Mas para que esta disseminação aconteça, Singer sugere alguns caminhos a percorrer, novamente através de sua leitura do desenvolvimento das economias socialistas do século XX. Nesta avaliação, o Autor apresenta uma crítica contundente ao planejamento centralizado da economia, apontando este como uma causa de desvios burocráticos, com a conseqüente formação de uma classe de burocratas e técnicos que obteria ganhos maiores, tanto em termos de rendimentos, como em termos de poder político na sociedade, pelo fato de deterem o controle do processo decisório.

O planejamento centralizado teria que “impor a cada unidade metas detalhadas de produção e de uso de matérias-primas, energia, mão-de-obra de diferentes qualificações, especialidades, etc.” Esta característica “autoritária” da execução do plano arrancaria das mãos dos trabalhadores sua capacidade de gestão das unidades produtivas e promoveria o regime totalitário. “A concentração do poder de decisão das empresas nas mãos de diretores era apenas a contrapartida inevitável da concentração de poder de decisão macro e microeconômico nas mãos do comitê do plano”. (SINGER, 1998: p. 10). Esta *contrapartida*

*inevitável* seria decorrência do planejamento de modo central e não apenas um desvio burocrático nas unidades produtivas. Diretores autoritários combinariam com um comitê gestor do plano totalitário e centralizador.

No que diz respeito às propostas de Singer para as lutas socialistas da atualidade, percebe-se a crítica ao planejamento não somente *naquelas sociedades*, mas sim ao planejamento central em si. Nas palavras do Autor:

“E isto não constituiu, como muitos de nós acreditávamos, um desvio totalitário de revoluções políticas que, de outro modo, desembocariam no socialismo, **mas uma exigência**, como ficou amplamente demonstrado sobretudo na época da *Glasnost*, na União Soviética, **do próprio planejamento centralizado.**” (SINGER, 1998: p. 11 – *grifo nosso*)

No processo de disseminação do *modo cooperativo*, se faz importante, para Singer, valorizar os mecanismos de mercado para que as decisões alocativas consigam respeitar o indivíduo e suas liberdades individuais<sup>46</sup>. Em sua negação ao planejamento centralizado, o Autor sugere o uso do mercado como *locus* de decisão econômica:

“A concorrência em mercados não é uma característica somente capitalista. Claro que no capitalismo há mercados e até alguma concorrência, e não é muita. (...) Do ponto de vista dos consumidores esta competição limitada é importante: é importante ter a possibilidade de escolher entre os vários vendedores (...) à medida em que o mercado permite opções descentralizadas na economia, é uma instituição que eu gostaria que fosse preservada até que se invente uma coisa melhor.” (SINGER, 1997: p. 114)

Não é somente a liberdade de escolha do consumidor que é valorizada pelo

---

<sup>46</sup> “Na realidade eu concordo com os liberais quando dizem que os indivíduos existem. (...) É importante dar espaço para a escolha individual. (...) o indivíduo tem o direito de tomar uma iniciativa, abrir uma empresa ou vender o fruto de seu trabalho. O mercado não é um mal, ele é uma forma de realização individual”. (SINGER, 1997: p 113)

Autor. Os mecanismos de mercado são úteis, em seu entendimento, para que os empreendimentos solidários se construam eficientemente:

“Não há contradição absoluta entre concorrência e solidariedade: (...) você tem várias empresas autogestionárias, digamos que uma centena. Algumas irão melhor do que outras na competição. As que forem pior, o que acontece? Podem fechar. Se fecharem, haverá um prejuízo para aquelas pessoas. **O que todo mundo que é socialista prega é que essas pessoas recebam, do conjunto da sociedade, uma nova oportunidade de voltar a competir.**” (idem, p. 114 – grifo nosso)

Nesta linha, a proposta de Singer para os *perdedores* seria o estabelecimento de algum mecanismo social que permita a *segunda chance* econômica às pessoas. Neste quesito, merece especial consideração a importância que o Autor atribui ao mercado de trabalho na construção de uma sociedade socialista:

“Por exemplo, existir o mercado de trabalho é absolutamente essencial. A idéia de ter um grande escritório que aloca o trabalho de cada indivíduo de uma sociedade de dezenas de milhões de pessoas é absurda, é algo muito próximo à escravidão. É necessário deixar os indivíduos optarem, decidirem o que vão fazer e, eventualmente, se arrependerem, ficarem desempregados por algum tempo. Mercado de trabalho é condição de liberdade humana (...)” (idem, p. 113)

“O que nós precisamos é ter competição e ter ao mesmo tempo mecanismos extra-mercado que reinsiram as pessoas perdedoras do jogo competitivo para que elas comecem de novo” (SINGER *apud* MACHADO, João *in* SOUZA *et all*, 2003: p. 107)

Depois de feitas estas considerações, logo adiante o Autor coloca sua concepção de socialismo<sup>47</sup>, a partir dos desenvolvimentos expostos:

---

<sup>47</sup> “no jogo econômico deve haver ampla possibilidade de iniciativas e os consumidores devem poder

“Eu penso o socialismo, de acordo com Marx, como uma sociedade em que os indivíduos têm muita liberdade de se realizar e, eventualmente, de errar, de fracassar. O que o socialismo tem a mais é que, depois que o jogo do mercado é feito, depois que os ganhadores e os perdedores estão definidos, deve existir uma instituição que tira uma grande parte dos bens materiais dos ganhadores e dá para os perdedores.” (idem, p. 114)<sup>48</sup>

“Deve haver perdedores, cooperativas ou empresas capitalistas que fecham, tem que haver gente que perde o seu emprego e essas pessoas merecem, por terem perdido, novas oportunidades. [A alternativa é] (...) uma economia em que ninguém nunca perde.” (SINGER *apud* MACHADO, João in SOUZA *et all*, 2003: p. 107)

---

escolher entre as iniciativas, (...) e isto é um valor. Não é que é praticamente melhor, é um valor mesmo (...)” (SINGER *apud* MACHADO, João in SOUZA *et all*, 2003: p. 107)

<sup>48</sup> Logo adiante o autor deixa claro que esta reflexão é fruto da análise crítica do socialismo realmente existente, em especial no que diz respeito ao planejamento centralizado: “Não é necessário ter uma sociedade de milionários e de miseráveis para ter este espaço de liberdade individual que é absolutamente essencial. Lendo algumas obras fundamentais que saíram recentemente sobre experiências nos países de economia centralizada, estatizada, eu me convenci de que isso é um retrocesso em relação ao capitalismo.” (idem, p. 114)

### 3. Um possível contraponto

Entendo que para que se cumpram os objetivos analíticos do presente capítulo, é necessário confrontar rapidamente os autores selecionados em seus principais elementos, numa tentativa de resumir e sintetizar as suas características. As próximas linhas serão dedicadas a este esforço.

Primeiramente, cabe retomar a dicotomia, apresentada por Singer, entre os conceitos de revolução política e revolução social. Lembrando que a contradição entre os dois conceitos é explorada pelo Autor como sendo reflexo das táticas de luta dos trabalhadores, que historicamente atribuíam maior status à luta pela tomada do poder político do que à luta pela construção de empreendimentos alternativos, ou seja, de implantes socialistas na economia do capital. Conforme elaborado acima, Singer enfoca a questão da mudança através do que chama de revolução social socialista, representada pela construção da hegemonia econômica dos implantes socialistas na economia. A luta pelo controle do poder político na sociedade é validada pelo Autor, mas considerada de forma acessória e, no limite, deve tornar-se *conseqüência* das *novas* relações sociais conquistadas pelos implantes socialistas.

Lebowitz também discute a questão da tomada do poder político e da necessidade de transformar as bases da sociedade para que se tenha uma verdadeira mudança política. Entretanto, do ponto de vista da importância imediata do aparato estatal, Lebowitz considera essencial que os trabalhadores detenham em suas mãos pelo menos o comando das políticas de governo. Relembrando o argumento, esse controle seria necessário para utilizar os recursos públicos e a regulação econômica e social no sentido de viabilizar a existência dos implantes socialistas na economia e sua generalização social.

Considerando a atual fase da luta de classes na América Latina e no mundo, é de fácil compreensão que os argumentos de Lebowitz se tornam mais consistentes para uma

tática transformadora. Entendo que a dicotomia apresentada por Singer entre revolução social e revolução política é fundamental para compreender o momento atual do movimento socialista, e para valorizar a construção de empreendimentos alternativos dentro do capitalismo.

Tal entendimento de Singer da não-prioridade da luta pelo controle das políticas estatais pode ser vinculado à sua elaboração no que diz respeito ao *locus* de decisão alocativa na economia. Como Singer valoriza o mercado como sendo o melhor meio de se atingir eficiência econômica, o poder estatal se traduz numa questão meramente acessória, regulatória, dos mercados, em especial do mercado de trabalho, como desenvolvido anteriormente. Toma aqui uma dimensão especial a ênfase do Autor no que ele chamou de “segunda chance” aos perdedores do mercado como forma de permitir com que as pessoas voltem a competir neste *locus*.

Neste ponto – não somente na questão da utilidade tática e estratégica da luta pelo controle dos instrumentos do Estado – o entendimento que Lebowitz possui se situa frontalmente divergente em relação à elaboração de Paul Singer. No que Lebowitz chamou ser o setor socialista da economia – composto pelas EPS e pelo setor estatal sob co-gestão – a luta se daria no sentido de garantir que outros mecanismos que não os de mercado sejam determinantes na relação entre as empresas deste *setor*. Tais empresas seriam organizadas de forma a se constituírem como uma cadeia produtiva única e onde os preceitos da autogestão seriam os determinantes das decisões alocativas. Pode ser aceitável que o mercado esteja entre as empresas do setor socialista, mas Lebowitz é claro ao dizer que os mecanismos de mercado acabam por tornarem-se um entrave ao desenvolvimento da solidariedade no interior do setor socialista.

De posse do contraponto colocado em relação à importância, ou não, do mercado enquanto espaço de decisão alocativa, cabe aqui tecer alguns comentários. O

processo capitalista de produção é caracterizado, segundo Marx, entre outros elementos, pela existência da extração de mais-valia no processo produtivo e sua correspondente distribuição no processo de concorrência inter-capitalista e no custeio dos chamados setores improdutivos da economia capitalista. Esta é uma questão amplamente trabalhada pelos defensores do cooperativismo, numa defesa de que, na cooperativa, a extração de mais-valia aconteça, mas como no grupo cooperativado a distribuição dos rendimentos seja “menos desigual”, a apropriação da mais-valia se daria por parte dos trabalhadores do grupo.

Entretanto, um olhar atento à questão pode trazer à tona importantes elementos que desnudam o argumento citado. No caso da economia brasileira, por exemplo, onde a dificuldade na obtenção de crédito em função da estrutura econômica impõe aos empreendimentos altas taxas de juros e, com isso, altos custos financeiros, principalmente nos pequenos empreendimentos. Ora, tais custos financeiros nada mais são do que fluxo de mais-valia do setor produtivo da economia ao setor financeiro. Neste caso, a apropriação por terceiros existe e é relevante. Como outros exemplos de formas em que a mais-valia é apropriada por outros que não o grupo cooperado, é possível citar a tributação, o pagamento de royalties, patentes e direitos de propriedade em geral.

De posse da reflexão acima, é possível perceber que está correto considerar os mecanismos de mercado como um entrave ao desenvolvimento dos implantes socialistas. Apenas valorizar a relação não mercantil entre as empresas do setor socialista da economia não garante que a geração de mais-valia seja destinada a fortalecer o poder econômico e político dos trabalhadores. Entretanto, ao construir um horizonte de negação dos mecanismos de mercado, valoriza-se os instrumentos da coletividade no que diz respeito ao financiamento da economia, nos projetos de pesquisa e desenvolvimento, etc.

É possível indicar, então, que o controle das políticas estatais no sentido da valorização de um espaço econômico entre as empresas do setor socialista da economia que

não se pautem pelos mecanismos de mercado – mas sim pelos mecanismos políticos de organização da sociedade, em especial os trabalhadores – pode ser uma forma de vencer o problema da manutenção da viabilidade econômica dos implantados socialistas na economia.

Um elemento importante para ambos os autores reside na defesa da solidariedade entre os trabalhadores. Tal defesa da solidariedade é expressa de forma diferente, apesar de relativamente próxima, pelos autores. Singer defende que a solidariedade relevante – do ponto de vista de se tornar ferramenta de impulsão de mudanças culturais – se dará entre as pessoas envolvidas no empreendimento cooperativado. Entretanto, na relação deste grupo cooperado com o restante da sociedade, a solidariedade estaria destinada a adotar formas indiretas<sup>49</sup> em relação à esfera econômica, haja vista a importância do mercado como destino da produção e origem dos financiamentos, insumos, etc.

Lebowitz se posiciona contra esta forma de produzir solidariedade entre os trabalhadores. De posse de suas avaliações do processo iugoslavo, o Autor defende que a esfera relevante dos mecanismos de solidariedade está no *autogoverno dos produtores associados*. Em outras palavras, será na organização que se propõe a governar a vida econômica, a partir do setor socialista e suas leis específicas, que a solidariedade deve prevalecer se configurando como um pré-requisito à constituição da autogestão da sociedade. Se torna óbvia, portanto, a importância da solidariedade no local de trabalho, e Lebowitz avalia que a conquista da solidariedade nos espaços decisórios da sociedade implicará na conquista da solidariedade nos locais de trabalho.

Confrontando, portanto, o entendimento dos dois autores através de um debate simulado, é possível dizer que Lebowitz, se tivesse que caracterizar o conjunto de propostas de Paul Singer – incluídas em sua visão de economia solidária, atribuiria ao pensamento de Singer grande parte dos elementos presentes no processo iugoslavo, fruto das

---

<sup>49</sup> Por formas indiretas, pode-se exemplificar a participação popular em fóruns do Estado, como o Orçamento Participativo, ou a atuação de ONGs no chamado terceiro setor da economia.

críticas de Lebowitz e bases da construção de seu pensamento. Em outras palavras, é possível supor que o Autor canadense enquadraria o processo defendido por Singer como sendo um “processo iugoslavo”, proposto em outra conjuntura e outras bases.

Por outra conjuntura e outras bases quero dizer que a proposta é feita num ambiente ideológico de ampla maioria liberal – típico da década de 1990 e destes primeiros anos do século xxi – e nas bases da proposta a valorização do mercado, em si a torna muito perigosa. Estes dois elementos – a conjuntura e as bases da proposta – tornam o esquema de Singer um retrocesso em relação à já malograda experiência iugoslava.

Já o esquema teórico de Lebowitz apresenta maiores consistências, comparativamente falando. Os principais elementos de risco – político e econômico, do ponto de vista da viabilidade dos implantes socialistas e da potencialidade destes implantes na superação do capitalismo – são considerados no esquema teórico do Autor. É possível dizer, portanto, que os principais elementos positivos de crítica que são abordados por Paul Singer em seus trabalhos – como por exemplo o processo de burocratização do Estado sob controle operário e partido único, ou o risco de degeneração dos implantes socialistas imersos no capitalismo – também são tratados por Lebowitz, de forma absolutamente distinta, no que diz respeito aos horizontes de transformação política e econômica.

## Considerações finais

Cabe agora tecer alguns comentários no sentido de conduzir este trabalho ao seu final. O debate realizado ao longo deste texto permite ter em mente alguns elementos que possibilitam indicar caminhos a perseguir para o entendimento das novas tarefas da esquerda, local e internacional, a partir das leituras dos autores selecionados em suas contribuições para a transição socialista.

Primeiramente, cabe retomar o significado do conceito de autogestão, aqui assumido com sendo o proposto por Guillermin & Bourdet. Em tal elaboração, autogestão não somente seria a gestão das unidades produtivas pelos trabalhadores, mas também, e de forma a unificar tais unidades, seria a gestão da sociedade como um todo, pelos trabalhadores. Desta forma, os autores ressaltam a necessidade dos trabalhadores preocuparem-se com o governo, por eles, da economia como um todo.

Tal conceito de autogestão é síntese de um resultado histórico do debate em torno das formas, e das lutas, de superação do capitalismo na busca de uma sociedade igualitária. Desde os pensadores do socialismo utópico, passando pelos revolucionários e reformistas do século XIX e XX, pelos planejadores do século XX – no caso das economias

planificadas – e pelos autores atuais, do século XXI, portanto, existe a preocupação em retirar das mãos do capital o governo econômico e social. As mãos que deveriam empunhar as ferramentas de condução da sociedade e da economia seriam as mãos dos trabalhadores, reunidos numa forma autogestionária de estabelecer as decisões políticas.

De posse deste desejo de governar a sociedade a partir de uma ótica dos trabalhadores, a teoria econômica avançou no século XX, com a necessidade de planejar as economias socialistas, no sentido da *economia política do socialismo*, nos termos de Lange. Nesta *economia política* estão presentes os elementos que auxiliam na interpretação dos aspectos econômicos e políticos da presença de um setor socialista imerso em outros tipos de propriedade, mesmo capitalistas. A definição, por parte da esfera política, da lógica e da forma de atuar das leis de caráter socialista, da forma como definido por Lange, pode ajudar a compreender o processo de disseminação dos implantes socialistas na economia, no sentido da busca de uma *particular relação social* que seja prenúncio de uma nova forma social. Conforme o setor socialista se torna importante em termos políticos e econômicos, as leis econômicas podem ser pautadas de forma a atender os interesses dos trabalhadores no que diz respeito às decisões sociais. Em outras palavras, esta elaboração de Lange é um elemento que justifica a assunção, por parte dos trabalhadores, da tarefa de criar novas formas de produzir, mesmo imersas no capitalismo.

Entretanto, em minha compreensão, o simples desenvolvimento de formas cooperativas imersas na economia capitalista não se configura numa alternativa, ainda que em termos potenciais, no sentido da superação da economia do capital. Para esta conclusão, utilizo-me do debate estabelecido entre Singer e Lebowitz na terceira parte deste trabalho.

Do debate realizado na terceira parte do texto, posso dizer que as formas alternativas de organização da produção, imersas na economia capitalista, devem perseguir um esforço no sentido de fugir dos mecanismos de mercado, buscando construir outros

mecanismos de decisão alocativa, principalmente entre os implantes socialistas e, no caso da elaboração de Lebowitz, entre as empresas estatais em co-gestão e as empresas de produção social, autogeridas.

Este entrelaçamento “por fora do mercado” pode auxiliar com que as leis econômicas do setor socialista, nos termos de Lange, se façam atuar segundo os preceitos definidos politicamente pelos trabalhadores. A disseminação deste *setor* pode disseminar também para o restante da economia o funcionamento destas leis de cunho socialista.

Portanto, o que se torna mais relevante é que, acima de tudo, os trabalhadores possuam um organismo político que os permita governar a sociedade nos termos de Guillermin & Bourdet. No horizonte da disseminação dos implantes socialistas deve estar presente esta construção política para que, contrariando Singer, possam governar a sociedade se utilizando do planejamento racional dos recursos, passando, assim do *governo das pessoas para a administração de coisas* (Engels).

## Referências bibliográficas

**BEER, Max** – “História do socialismo e das lutas sociais” – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

**BETTELHEIM, Charles** - “A transição para a economia socialista” - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

\_\_\_\_\_ - “A luta de classes na União Soviética” - Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_ - “Planificação e crescimento acelerado” - Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_ - “A China depois de Mao” - Lisboa: Ed. 70, 1981.

\_\_\_\_\_ - “Problemas teóricos y prácticos de la planificación” - Madrid: Tecnos, 1982.

\_\_\_\_\_ - “As comunas populares” - Lisboa: Maria da Fonte, 1976.

\_\_\_\_\_ - “China e URSS: dois 'modelos' de industrialização” - Porto: Portucalense, 1971.

**CRUZ, Antonio Carlos Martins da** – “A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul” – Campinas, Tese de Doutorado – IE/UNICAMP, 2006.

**FUKUYAMA, Francis** - “O fim da história e o último homem” - Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

**GUILLERM, Alain e BOURDET, Yvon** – “Autogestão: uma mudança radical” – Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

**HADDAD, Fernando...** [et. al.] – “Sindicatos, cooperativas e socialismo” – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

**HARNECKER, Marta** – “Um homem, um povo: entrevista de Hugo Chávez Frias” – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

**HOBBSBAWN, Eric** - “A era dos extremos – o breve século XX” - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

**LANGE, Oskar** – “Ensaio sobre planificação econômica” – São Paulo: Nova Cultural, 1986.

**LEBOWITZ, Michael A.** (2006a) “Venezuela: Going Beyond Survival, Making the Social Economy a Real Alternative.” *Venezuelanalysis.com*, August 19<sup>th</sup>, 2006

<http://www.venezuelanalysis.com/articles.php?artno=1798>.

\_\_\_\_\_ (2006b) “A Reinventar el Socialismo”- Versão Preliminar do Capítulo VII do livro citado como 2006c, publicado em [www.venezuelanalysis.com](http://www.venezuelanalysis.com)

\_\_\_\_\_ (2006c) “Built it Now: Socialism for the twenty-first century.” - New York: Monthly Review Press, 2006

\_\_\_\_\_ (2006d) Building Upon Defects: Theses on the Misinterpretation of Marx's Gotha Critique. Presentation at the 3rd International Conference on the Work of Karl Marx and the Challenges of the 21<sup>st</sup> Century, in Havana, Cuba, May 2006.

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/23/Building%20upon%20defects....pdf>>

\_\_\_\_\_ (2005a) “Constructing Co-Management in Venezuela: Contradictions along the

Path.” Venezuelanalysis.com, October 27<sup>th</sup>, 2005

<<http://www.venezuelanalysis.com/articles.php?artno=1587>>.

\_\_\_\_\_ (2005b) “Building Socialism of the 21st Century in Venezuela.” Monthly Review Online Magazine, July 24th, 2005

<<http://mrzine.monthlyreview.org/lebowitz280705.html>>.

\_\_\_\_\_ (2005c) Seven Difficult Questions: Problems of Yugoslav Self-Management. Apresentação a “Workers in the Revolution: Bolivarian Co-Management, an Alternative Economic Model” na “3ª Conferência Mundial de Solidariedade à Revolução Bolivariana” em Valencia, Venezuela, 2005.

\_\_\_\_\_ (2004) Lessons from Yugoslav Self-Management. Apresentação feita no Painel sobre co-gestão na “Commission on the Trade Union Movement in the Bolivarian Revolutionary Process” at the “Conferência Mundial de Solidariedade à Revolução Bolivariana” em Caracas, Venezuela, 2004.

\_\_\_\_\_ “Beyond Capital”. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

**LENIN**, Vladimir – “Sobre a Cooperação”. In: Lênin: obras escolhidas, volume 3. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980)

**LUXEMBURG**, Rosa - “A acumulação do capital”. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

**MARX**, Karl - “O capital: crítica da economia política” - São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_ - “Miséria da filosofia” São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.

**MARX**, Karl e **FREDRICH**, Engels – “O manifesto do partido comunista” – Estudos avançados: SciELO Brasil, 1998.

**MÉSZÁROS**, István - “Para além do capital” - São Paulo: Boitempo, 2002.

**POMERANZ**, Lenina – “Oskar Lange: Economia” – São Paulo: Ática, 1981.

**SINGER**, Paul - “Introdução à Economia Solidária” - 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_ “Uma utopia militante: Repensando o Socialismo” - Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_ “Mercado e Cooperação: um caminho para o socialismo” – Revista Teoria e debate, São Paulo: jul/ago/set. 1997, n.35. (citado como Singer 1997)

\_\_\_\_\_ “Oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão, e debate com o público” In: **MARIANA**, Fernando Bonfim e **ORTELLADO**, Pablo (orgs.) “Democracia e autogestão” – São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 1999.

\_\_\_\_\_ “O que é socialismo, hoje” - Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

**SINGER**, Paul e **MACHADO**, João – “Economia Socialista”- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

**SINGER**, Paul e **SOUZA**, André Ricardo de (orgs.) - “A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego” - São Paulo: Contexto, 2000.

**SOUZA**, André Ricardo de, **CUNHA**, Gabriela Cavalcanti e **DAKUZAKU**, Regina Yoneko (orgs.) – “Uma outra economia é possível – Paul Singer e a Economia Solidária” – São Paulo: Contexto, 2003.

**SWEEZY**, Paul e **BETTELHEIM**, Charles - “Sociedades de transição: luta de classes e ideologia proletária” - Porto: Portucalense, 1971.

\_\_\_\_\_ - “On the transition to socialism” - New York: Monthly Review Press, 1972.

\_\_\_\_\_ - “Algunos problemas actuales del Socialismo” - Madrid: Siglo Veintiuno, 1976.